

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA**

**O DIÁLOGO DOS ORADORES DE TÁCITO: A CARACTERIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO DO JOVEM ARISTOCRATA ROMANO NA TRANSIÇÃO PARA O  
PRINCIPADO**

**JAGUARÃO**

**2014**

**MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA**

**O DIÁLOGO DOS ORADORES DE TÁCITO: A CARACTERIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO DO JOVEM ARISTOCRATA ROMANO NA TRANSIÇÃO PARA O  
PRINCIPADO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de História da  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Licenciatura em Ciências Humanas

Orientador: Ms. Edison Bisso Cruxen

**JAGUARÃO  
2014**

**MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA**

**O DIÁLOGO DOS ORADORES DE TÁCITO: A CARACTERIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO DO JOVEM ARISTOCRATA ROMANO NA TRANSIÇÃO PARA O  
PRINCIPADO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de História da  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Licenciado em Ciências Humanas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: dia, mês e ano.

Banca examinadora:

---

Prof. Ms.Edison Bisso Cruxen  
Orientador  
UNIPAMPA

---

Prof. Dra . Carolina Kesser Barcellos Dias  
UFPEL

---

Prof. Dr. Dominique Vieira Coelho dos Santos  
FURB

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos **meus pais**, pelo amor, apoio, paciência e dedicação que foram de suma importância para a elaboração do mesmo.

## AGRADECIMENTO

Devo agradecer em primeira instância a Deus e a pessoa mais importante da minha vida, minha querida mãe, que possibilitou esta conquista viável, sim, com certeza sem a ternura, carinho, dedicação e lágrimas dessa mulher tão guerreira, que fez do mundo dela o meu, devo totalmente o que sou. Obrigada por todo carinho, amor e compreensão, pelo alimento material e espiritual. A ti mamãe, essa vitória. Obrigado por me mostrar como o amor constrói pontes na vida, por não ter desistido do papai cuidado dele com tanta dedicação, criando sempre harmonia em nosso lar. A ti, que muitos não entendem sua forma íntegra de agir meu eterno amor.

Ao meu pai, que hoje não se faz presente, também és de extrema relevância para formação de meu caráter, seu exemplo e carinho levarei para sempre durante minha vida. Obrigada por nunca ter desistido, e ter possibilitado a nós suas filhas, a chance de conhecê-lo por mais tempo, mesmo em meio ao seu acidente. Pai querido, te amarei eternamente.

Presto também minha gratidão aos professores que marcaram minha vida de forma tão singular, à Adriana Innocencio de Oliveira e Luís Antonio Rossi bem como as amigas de minha mãe “Vera” e “Fina” que sempre estiveram presentes na minha trajetória. E dentre estes caminhos, o ingresso na vida acadêmica, possibilitou-me construir laços com pessoas importantes, uma dessas seria o meu querido professor de história antiga, Deivid Valério Gaia, que ultrapassou os limites de professor-aluno e se tornou um amigo no real sentido, fazendo com que todos os momentos ao seu lado se tornassem enriquecedores tanto por sua sabedoria como pelo seu caráter.

Agradeço com imenso carinho ao professor Edison Cruxen, que me compreendeu e acreditou em meu potencial, ajudando a tornar este trabalho concreto.

A banca examinadora, agradeço a disponibilidade e sugestões que serão de suma importância para continuidade desta pesquisa.

A Universidade Federal do Pampa agradeço pelos anos de bolsa a iniciação a pesquisa com os professores Deivid Valério Gaia e Rafael da Costa Campos que durante três anos possibilitaram momentos de crescimento intelectual.

Ao diretor do campus Maurício Aires Vieira e a ex-diretora Maria de Fátima Bento Ribeiro que em diversos momentos me acolheram e se tornaram pessoas de indiscutível competência e amizade.

Por último e não menos importante a meus amigos que são bem mais que irmãos: Álvaro Celente, Andressa Conti, Bruno Luvizotto, Daniella Vieira, Fernando Dantas, Jacqueline Reinerte, Maitê Renzano, Patrícia Horiguchi e Tiago Santana que sempre que precisei se fizeram presente.

Para Wellyanna Santos, também meu muito obrigada, por sua paciência e carinho nestes últimos três anos, dividindo momentos incríveis de amizade sendo minha companheira de casa e por tantas vezes de vida, em que eu chorava pela saudade de casa ou encontrava-me enferma esteve sempre ao meu lado me acolhendo e também acordando positivamente para muitas viagens intrigantes a congressos pelo país, a você, agradeço por ter me ajudado a crescer e superar muitas dificuldades.

A Janaína Araújo Ogawa, minha irmã, obrigada por tudo, principalmente por dar à luz ao Heitor, que se tornou meu amor querido.

Aos companheiros juntos desde o primeiro semestre que dividiram ao longo do caminho risos, angústias e medos estudantis: Edson Sousa, Elena Porto, Kaiene Pereira, Kênya Paiva, Josi Torman, Mariana Soares, Marcela Liz, Michelle Lima, Nathália Affonso e Pedro Cárcere, meu parceiro de seminários. A todos vocês meu completo respeito, ternura e sinceros agradecimentos.

“Que, acima de tudo, ele adote a atitude de um pai para com seus alunos e se considere como substituto dos que entregaram seus filhos à sua guarda. Ele não devia nem ser vicioso nem tolerar vícios nos outros. Deveria ser rígido sem ser tenebroso, genial sem ser negligente; do contrário, a primeira qualidade torná-lo-á detestado, a segunda o conduzirá ao desprezo. Ele deveria ter muito a dizer sobre o que é bom e respeitável, pois quanto mais aconselhar, menos punirá. Não deve ser sujeito a ira, embora, ao mesmo tempo, não deva ignorar as faltas que necessitam de correção, deveria direto em seu ensino, pronto a se esforçar com assiduidade porém não excessivamente. Ele deveria estar disposto a responder a perguntas e a inquirir os que não as fazem. Ao elogiar as composições dos seus alunos não deveria ser relutante nem efusivo; o primeiro provoca uma aversão pelo trabalho e o último, complacência. Ao corrigir as faltas, ele não deve ser ríspido e certamente não deve ser insultuoso; existe alguns professores cujas reprimendas dão a impressão de antipatia, e isto tem o efeito de desencorajar muitos dos estudos... Os alunos corretamente instruídos estimam seu professor com afeto e respeito. E é quase impossível dizer quão mais voluntariamente imitamos aqueles que gostamos”

**Quintiliano**

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo a análise da formação educacional do jovem aristocrata romano durante o primeiro século do Principado (I d.C.), identificando como a mudança do sistema político influenciou na transformação da educação e em consideráveis alterações no *mos maiorum* (tradição romana). Utilizaremos como fonte, a obra Diálogo dos Oradores, do historiador latino Públio Cornélio Tácito (55-117?) a fim de observar o panorama político, cultural e social da época mediante uma análise dos principais aspectos do debate travado na obra. Nesta perspectiva, este trabalho será dividido em quatro partes: a primeira foi o levantamento das informações do autor no que tange os dados de sua vida, aspectos estilísticos deste, bem como sua influência na historiografia enquanto orador, historiador e político. A segunda fase constituiu-se de uma análise do conteúdo da obra a fim de elencar os principais trechos e reflexões sobre a educação e o sistema político imperial para que obtivéssemos um mapeamento/crítica que Tácito possuía sobre as transformações que estavam ocorrendo. O terceiro momento contemplou uma análise do contexto histórico da obra e as relações deste sistema político que influenciaram no sistema educacional. Na quarta etapa, o alvo da pesquisa visou como intuito retratar a educacional do jovem aristocrata romano através da visão de Tácito.

Palavras-Chave: Formação Educacional; Jovem Aristocrata; Principado; *mos maiorum*; Diálogo dos Oradores.



## RESUMEN

El presente Trabajo de Conclusión de Curso (TCC) tiene como objetivo el análisis de la formación educacional del joven aristócrata romano durante el primer siglo del Principado (I a.C. e I d.C.) Identificando como el cambio de lo sistema político influenció la transformación de la educación, y en considerables alteraciones en *mos maiorum* (tradición romana). Utilizaremos como fuente, la obra *Diálogo de Oradores*, del historiador latino Públio Cornélio Tácito (55-117?) con la finalidad de observar el panorama político, cultural y social de la época mediante un análisis de los principales aspectos del debate trabajado en la obra. En esa perspectiva, este trabajo se divide en cuatro partes: la primera, fue el levantamiento de las informaciones del autor acerca de los datos de su vida, los aspectos estilísticos de este, bien como su influencia en la historiografía como orador, historiador y político. En la segunda, situación se constituye de una análisis del contenido de la obra a fin de enumerar los principales trechos y reflexiones acerca de la educación y el sistema político imperial para que obtuviéramos un mapeo/crítica que Tácito poseía sobre las transformaciones que estaban ocurriendo. El tercero momento contempló una análisis del contexto histórico de la obra y las relaciones de ese sistema político, que influenció el sistema educacional. En la cuarta etapa, el objeto de la pesquisa buscó como el propósito la retratación educacional del joven aristócrata romano a través de la visión de Tácito

Palabras-clave: Educación, joven aristócrata; Principado; *mos maiorum*; Diálogo dos Oradores.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviação	Nome
Cic.	Cícero
Da Rep.	Da República
Dial.	Diálogo dos Oradores
Tac.	Públio Cornélio Tácito

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
2 TÁCITO E SUAS CONTRIBUIÇÕES .....	15
2.1 Síntese da Biografia de Tácito .....	15
2.2 Aspectos Estilísticos da narrativa de Tácito .....	20
2.3 Tácito enquanto Historiador, Político e Orador.....	26
3 ANÁLISE DO CONTEÚDO, O ESTUDO DA OBRA DIÁLOGO DOS ORADORES.	33
4 COMPREENDENDO CONTEXTO(S) HISTÓRICO (S) NA OBRA DIÁLOGO DOS ORADORES.....	48
4.1 O período Republicano e Imperial, aspectos políticos que provocaram uma transformação educacional .....	48
4.2 Análise dos Aspectos Republicanos e Imperiais no ínterim da obra Diálogo dos Oradores .....	55
5 A EDUCAÇÃO DO JOVEM ARISTOCRATA ROMANO.....	61
5.1 Constatações sobre a educação romana durante a República e Império .....	61
5.2 Como a educação era encarada na sociedade aristocrata romana e seus fins na obra Diálogo dos Oradores .....	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	69
REFERÊNCIAS.....	72

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo analisar a educação do jovem aristocrata romano no século I d.C., dando ênfase aos aspectos políticos que influenciaram em consideráveis alterações no *mos maiorum* (tradição romana). As modificações nos sistemas políticos da República e Principado romano a partir da fonte Diálogo dos Oradores de Tácito (55-120? d.C.), também será alvo de análise.

Públio Cornélio Tácito, possivelmente oriundo de Terni, cidade da Gália, foi *pretor, questor, cônsul e pro cônsul* durante o governo dos imperadores flavianos e antoninos. Esteve inserido no cerne da vida pública romana e considerado segundo Breno Silveira, “o favorito dos césares” (1970, p. VII). Arnaldo Momigliano (2010) também identifica a relevância de suas obras, considerando Tácito como fonte de inspiração para teólogos, moralistas e políticos por mais de três séculos.

Através de sua produção, Tácito buscou propagar e legitimar a honra de Roma, servindo como fonte riquíssima para compreensão do Império. Dentre suas obras, “Diálogo dos Oradores” é considerada, por muitos pesquisadores, como seu terceiro escrito, tendo como principal tema uma controvérsia, em que quatro expoentes da aristocracia romana debatem ferrenhamente sobre as possíveis causas da transformação da oratória em Roma.

Este trabalho propõe observar o panorama político, cultural e social do Principado mediante uma análise dos principais aspectos do debate travado na obra Diálogos. Também será observado como a crise do sistema republicano romano através das guerras civis contribuiu para o florescimento e consolidação de um novo sistema político e como a lei proveniente da soberania do “povo” (República) estava sendo repassada às mãos dos *principes*. (MENDES, 2006).

Interessante é perceber que a história romana normalmente parece tão distante de nossa realidade, mesmo estando tão próxima. Essa aproximação constitui-se através da mídia cinematográfica ou das proximidades em diversos âmbitos como religião (cristianismo), arquitetura, sistema jurídico<sup>1</sup>, artes, educação<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A exemplo, nossa Constituição, limita que o candidato ao senado ou à presidência tenha no mínimo 35 anos, essa exigência, parte da Constituição romana, que estabelecia esta idade mediante as

e principalmente na língua, onde o português é considerado “a última flor do Lácio”<sup>3</sup>. Logo, com pouco esforço, acabamos por nos considerar como “herdeiros” da cultura romana. Nessa perspectiva, podemos pontuar como o estudo dessa antiga sociedade se torna importante para conhecimento das nossas instituições atuais (GUARINELLO, 2003).

O objetivo do presente trabalho é compreender o funcionamento da educação na antiguidade, em especial, como o jovem aristocrata romano era instruído durante o Principado (século I d.C.) utilizando a fonte “Diálogo dos Oradores” do historiador romano Públio Cornélio Tácito. Dentre todas as fontes e vestígios disponíveis para o estudo da Roma antiga, destacamos neste trabalho, a análise da fonte literária, que no período de interesse são escassas, lacunosas, divergentes e muitas destas acabaram se perdendo ao longo do tempo, pois a grande maioria não foi copiada na própria antiguidade<sup>4</sup>. Outras não sobreviveram ao período medieval, seja pelo desinteresse dos copistas ou pela reprovação da Igreja que as considerava impróprias.

A escolha desta fonte também derivou da relevância de Tácito enquanto historiador, político e orador que ao longo das gerações continuou sendo alvo de estudos. Prova disso, seria John Milton (século XVII) acreditar que Tácito era um dos “maiores inimigos dos tiranos”; Edward Gibbon (século XVII) o considerar “modelo para livro” e Thomas Jefferson (século XIX) “primeiro escritor do mundo sem única exceção” (WOODMAN, 2004, p. IX). Por todo este respaldo, Tácito continua sendo uma fonte preponderante para os estudos da antiguidade principalmente para conhecimento das famílias Julio-claudianas e flavianas.

Desta maneira, da partir obra “Diálogo dos Oradores” buscaremos construir um panorama político, cultural, social, e principalmente educacional, durante o Principado romano no século I d.C., mas especificamente como o jovem aristocrata

---

normas que o candidato ao Senado ou consulado romano já deveria possuir uma carreira militar, o que em média terminava aos 35 anos. (FUNARI, 1993, p. 8).

<sup>2</sup>“As ideias e métodos educacionais do mundo antigo não morreram com a queda do Império Romano. Eles sobreviveram, até certo ponto, na Idade Média e foram conscientemente revividos por humanistas dos séculos XV e XVI” (MATOS apud NIÉRAUDAU, 2006, p. 90).

<sup>3</sup> É assim considerada, pois foi a última derivação do latim.

<sup>4</sup> Os manuscritos não eram de tão fácil acesso, sendo que, os mais divulgados eram aqueles que possuíam grande repercussão, escritores consagrados ou utilizados no ensino como Cícero.

romano era preparado a partir da educação para sua carreira pública e a relação com o novo sistema político vigente, o Império.

Assim sendo, este trabalho visou em quatro capítulos: primeiro congregar os principais dados da biografia de Tácito, a relevância da compreensão dos aspectos estilísticos do autor para verificação de suas intenções e defini-lo enquanto historiador político e orador. Segundo uma análise de conteúdo que buscou com um aporte metodológico uma reflexão densa da obra, possibilitando um recorte do tema a fim de buscarmos novas interpretações sobre a condução educacional no Principado bem como a interferência do *Princeps* neste setor. No capítulo subsequente, buscamos uma análise dos contextos históricos que a obra retrata, principalmente ao que tangia a política dos dois sistemas: República e Império. Na parte reservada à discussão educacional visamos identificar as principais mudanças ocorridas entre os períodos, tentando caracterizá-los.

## 2. TÁCITO E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Neste segundo capítulo, nosso objetivo será o levantamento de informações a respeito da vida e obras de Públio Cornélio Tácito. Também será feita uma análise sobre a forma estilística que este empregava em seus escritos, com especial destaque a fonte “Diálogo dos Oradores”. Além desta primeira abordagem, buscaremos observar o comportamento de Tácito enquanto historiador, político e orador no contexto do Principado romano do século I d.C.

### 2.1 Síntese da Biografia de Tácito.

As informações sobre Públio Cornélio Tácito são esparsas e repletas de incertezas quanto sua cronologia. Deste modo, esses dados a respeito da vida particular deste historiador, ainda se encontram nebulosos. Os principais dados concentram-se na biografia de Júlio Agrícola (uma de suas obras), evidências arqueológicas<sup>5</sup> e cartas trocadas com Plínio o Moço<sup>6</sup> (NOBRE, 2010, p. 1). Quanto ao seu nascimento, Syme (apud MARQUES, 2013, p. 141), conjectura ser por volta de 56 ou 57 d.C.<sup>7</sup> no Sul da Gália (ALSTON, 1998, p. 3). Acerca de sua família, Plínio o Velho (apud NOBRE, 2010, p. 2) aponta que o pai do historiador teria sido cavaleiro ou procurador da Gália Bélgica, servindo segundo Campos (2008, p. 15), como oficial das finanças, membro da ordem equestre exercendo funções administrativas e tendo certo prestígio.

A respeito de seu nome completo, mesmo com estudos aprofundados sobre Tácito, existe uma grande controvérsia. Nobre (2010, p. 1) discute que o códice *Mediceus I* (data do século IX) destaca *Publius Cornelius Tacitus* como autor dos livros de I-VI dos *Annales*. Entretanto o códice *Mediceus alter* (século XI) e Sidónio

---

<sup>5</sup> Inscrição encontrada na cidade de Mylasa em 1980 que retrata o último cargo de Tácito: o *proconsulado* da Ásia Menor de 112 a 113 d.C (BELCHIOR, 2012, p.31)

<sup>6</sup> Plínio o Moço, era um dos amigos deste historiador, e conforme as cartas trocadas entre eles, podem comprovar que Tácito era “entendido em várias matérias, um estudioso reconhecido, e até tinha sotaque diferente do romano” (NOBRE, 2010, p. 2-3)

<sup>7</sup> Datas como esta, são deduzidas, como aponta Nobre (2010, p. 2), pela chegada destes às magistraturas.

Apolinar (*Epistulae*, 4.14.1 e 4.22.2) atribuem a *Gaius*. Atualmente as duas versões são utilizadas pelos historiadores para indicar o mesmo.

Com efeito de destaque, a formação educacional de Tácito segue algumas deduções e incertezas como ressalta Silveira (1970, p. XII), ao retratar a possibilidade quase completa de Tácito ter sido aluno de Quintiliano<sup>8</sup>. Conforme Santos (1974, p. 9), o historiador teria estudado com Apro, Segundo e com certa dúvida com Quintiliano. Com base nestes dados, podemos constatar como o historiador teve uma preparação junto aos melhores mestres da antiguidade. Desta maneira, verificamos a posição de destaque de sua família, que pôde lhe proporcionar um *cursus honorum*<sup>9</sup> a fim de alcançar altas magistraturas. Sobre estes cargos políticos que Tácito foi adquirindo ao longo de sua vida, Marques (2013, p. 141) aponta o relato do mesmo: “Minha carreira começou sob Vespasiano, progrediu sob Tito e avançou ainda mais sob Domiciano; isto não nego (Histórias, I,1)”.

Posto isto, podemos compreender como Tácito por diversos momentos esteve envolvido no cerne da vida pública principalmente após seu casamento em 78 d.C. com a filha do cônsul Gneu Júlio Agrícola, que foi um importante funcionário romano. De acordo com Santos (1974, p. 9), Agrícola foi governador da Bretanha e pôde auxiliar Tácito para o avanço na área. Ygor Belchior (2012, p. 31), salienta que o historiador, teria ainda sido *questor* no reinado de Vespasiano (69-79 d.C.), tribuno ou *edil* em Tito (79-81 d.C.), *pretor* com Domiciano (81-96), *consul suffectus* (cônsul suplente) em 97 d.C. e obteve o *proconsulado* em 112-113 d.C. continuando sua carreira no tempo de Trajano morrendo aproximadamente em 120 d.C no governo do mesmo.

Ao longo de sua vida, Tácito além de político escreveu obras importantes, das quais cinco chegaram ao tempo presente, apresentando todas em algum momento lacunas ao texto original. Através de seu legado literário, podemos compreender partes dos governos Júlio-claudianos e flavianos.

---

<sup>8</sup> “Ao tempo da juventude de Tácito, a maior figura intelectual, entre as raríssimas que gozavam de autêntico prestígio, tanto em face da cultura como em face dos déspotas, foi a de Quintiliano. A Quintiliano, o imperador entregou a primeira cátedra pública de eloquência, criada em Roma, e é sabido que o escolhido estava e se manteve sempre à altura de semelhante privilégio. Mestre da eloquência, mestre da própria retórica e mestre da oratória, Quintiliano guindara-se à categoria de mais completo formador de mentalidades políticas.” (SILVEIRA, 1970, p. XI).

<sup>9</sup> Nome atribuído como forma de descrição para a trajetória do homem durante sua vida pública no Império Romano.



Existem, como ao longo de toda sua trajetória, certas dúvidas de qual seria seu primeiro escrito. Santos (1974, p. 10) e Silveira (1970, p. XV-XVI) relatam que a ordem das obras seria: “Diálogo dos Oradores”, “Vida ou Biografia de Agrícola”, “Germânia”, “História” e “Anais”. Contudo, na visão de historiadores contemporâneos, como Rafael Campos (2008, p.16-17), Fábio Joly (2009, p. 20), Ricardo Nobre (2010, p. 2-3) e Belchior (2012, p. 31), a cronologia dos escritos tem a seguinte ordem: “Vida ou Biografia de Agrícola” “Germânia”, “Diálogo”, “História” e “Anais”. Nesta perspectiva, Joly afirma que, por muito tempo, o “Diálogo” foi considerado como primeira obra deste porque acreditou-se que tivesse sido redigida em 97 d.C. Contudo como a fonte mesmo cita, o escrito foi uma dedicação a Fábio Justo (Tac., Diálogo, I), *consul* somente em 102 d.C. e governador da Síria em 106 d.C., por este motivo, utilizarei essa nova perspectiva temporal para justificar a obra nesse período. Da mesma forma, Pierre Grimal (apud JOLY, 2009, p. 20), também considerou essa possibilidade dos autores supracitados pois, acreditava que a obra teria sido um elogio ao governo de Trajano e são a partir destes argumentos que esta obra será avaliada como a terceira obra do mesmo.

A primeira obra de Tácito, data aproximadamente de 98 d.C., e consistia-se na biografia de seu sogro Gneu Júlio Agrícola intitulada “Vida de Agrícola”, na qual, cita a geografia e etnografia, como bem diz Santos num “misto de oratória com elogio fúnebre, de biografia e história” numa imaturidade e hesitação mediante a “História” e “Anais” (1974, p. 11). Nesta obra, conforme Campos (2008, p. 17), pode-se notar, o início, do seu ressentimento para com o Senado, apontando aspectos positivos e negativos do Principado. Outra visão da obra, mediante ao tratamento da fonte, seria apontá-lo como um texto de propaganda dos novos tempos, ou ainda como uma literatura política romana. Essas ideias, agregam-se à visão de Syme (apud MARQUES 2013, p. 147-148) de que seria um manifesto da aristocracia senatorial para Trajano.

A segunda obra teria sido “*De Origine et Situ Germanorum*”, mais comumente conhecida como “Germânia”. Elaborada possivelmente em 98 d.C. e subdividida em quatro partes, segundo Campos (2008, p. 17), a primeira trataria da “localização da Germânia, origens de seus povos, religião e recursos naturais; a segunda e terceira parte tratam mais respectivamente, da vida pública e privada dos germanos”; e por último, e não menos importante, a diferenciação entre germanos e

romanos onde Tácito adverte uma possível ameaça militar da população a qual descreve em sua obra. Nesta fonte, existe uma crítica política a moralidade romana, e, o autor contrapõe as virtudes dos germanos enaltecendo-os e homenageando-os. O trabalho de Tácito para compor esta obra, segundo Santos (1974, p. 12) teria sido, o de documentação, “recolhendo todas as notícias de César, de Plínio o Velho, de outros ainda, de viajantes, certamente de Agrícola, talvez mesmo de sua própria experiência”. Desta forma, podemos observar o cuidado de Tácito para obtenção e tratamento de diferentes fontes.

A terceira obra seria “Diálogo acerca das causas da corrupção da eloquência”<sup>10</sup>, ou simplesmente “Diálogo dos Oradores”. Esta se passaria em 74-75 d.C. (governo de Vespasiano), mas teria sido escrita em 102 d.C em decorrência da motivação de Justo Fábio, em tese, ao procurar o porquê de no tempo deles (Principado), não existirem um número expressivo de oradores quanto na República. Tácito então responde a esta indagação, mediante uma conversa que teria presenciado em que quatro oradores renomados de Roma discutem a respeito desta problemática. Ao final dos Diálogos, fica expressiva a opinião de Tácito quanto ao Principado, ou seja, que apesar da falta de *libertas*, este sistema proporcionou o fim das guerras civis e uma possível *pax romana* foi instaurada no Império.

Para Santos (1974, p. 12), Tácito teria começado como historiador consagrado em sua quarta obra, “Histórias”, pois este, já apresentava uma escrita refinada, retratando desde a guerra civil de 69 d.C.,<sup>11</sup> até a morte de Domiciano em 96 d.C. Esta fonte encontra-se em fragmentos, pois dos possíveis doze ou quatorze livros, apenas os quatro primeiros e o início do quinto chegaram a atualidade. Para Campos (2008, p. 18-19), este escrito, juntamente com os “anais”, faz parte do gênero de história analítica<sup>12</sup> e a retratação Principado de Trajano teria refletido a respeito da adoção política como método de se evitar o despotismo autoritário.

---

<sup>10</sup> Por muitos anos se debateu a questão da autoria deste livro, o qual atribuíam a Plínio, o Moco, a Quintiliano e é claro a Tácito. Uma das evidências mais claras que foi Tácito quem escreveu tal livro é que em 1468, na primeira edição das obras de Tácito, composta pelos seis últimos livros dos Anais de Tácito, e dos cinco livros da História, se encontrou a obra em questão logo abaixo com o título “*Cornelii Taciti Equitis Romani Dialogus de Oratoribus Claris*”. Sendo assim uma das maiores evidências da autoria. (Almeida, 1852, p. IX).

<sup>11</sup> Ano dos quatro imperadores: Galba, Ôton, Vitélio e Vespasiano (69 d.C).

<sup>12</sup> “Comprimir os principais eventos ocorridos em narrativas divididas de acordo com os anos consulares.” (CAMPOS, 2008, p. 18)

O último trabalho de Tácito, *Anais*, foi escrito entre 115-117 d.C., chegando inacabado ao presente, contando com apenas os livros I ao IV completos, início do V, partes dos livros VI e XI-XVI em sua totalidade. Acredita-se que a obra seria constituída de dezoito livros abordando os anos de Augusto a Tibério, governo de Cláudio e Nero (em partes). Considerado como uma de suas melhores obras, *Anais* para Woodman (2004, p. IX) teria representado as imagens que permeiam nosso conhecimento da época de Tibério a Nero<sup>13</sup>. Segundo Campos (2008, p. 20) essa fonte estaria dividida em três partes: a presença de Sejano, morte de Cláudio e ascensão de Nero.

Essas cinco obras que chegaram ao mundo contemporâneo conseguem esclarecer muitas dúvidas, mas antes de análises pontuais, devemos ter em mente que eram escritas por determinados grupos de pessoas, os senadores. Conforme Campos (2008, p. 25), estes “dedicavam-se à escrita em idade madura, com um conhecimento adquirido, discorrendo sobre os cidadãos e o governo, os debates no fórum e na Cúria”. Desta forma, a visão permeada das fontes será desta pequena aristocracia, e as análises feitas durante este trabalho seguiram com foco na elaboração de um esclarecimento de como ocorreu a transformação da educação do jovem aristocrata romano durante o Principado romano (século I d.C.) através da análise da fonte *Diálogo dos Oradores* do historiador Públio Cornélio Tácito.

---

<sup>13</sup>“Tácito é reconhecido como o maior historiador da Roma antiga, e os *Anais* foi seu maior trabalho. Mesmo que a obra não esteja em sua totalidade, este conta os anos entre agosto de 14 d.C., quando o imperador Tibério chegou ao poder, e junho de 68 dC, quando Nero se suicidou, a narrativa que sobreviveu definiu para gerações de leitores a imagem do Império romano no início do período imperial em obra literária, seu legado político e monumental ainda é profundo e persistente sua influência sobre a formação do mundo ocidental” (WOODMAN, 2004, p. 9)- Tradução Nossa.

## 2.2 Aspectos Estilísticos da narrativa de Tácito

Para trabalharmos com uma obra literária, é preciso compreendermos como o autor da fonte construiu seu pensamento para manipular a linguagem empregada. Desta forma, buscamos utilizar a estilística, pois, esta, segundo Martins “é uma das disciplinas voltadas para fenômenos da linguagem, tendo por objeto o estilo” (2008, p. 17). A palavra estilo, deriva do latim *stilus*<sup>14</sup> que seria um instrumento geralmente utilizado para escrita. Dentro da linguagem, existem muitas definições para esta, as quais George Mounin (apud Martin, 2008) classifica em três grupos e Nils Erik Enkvist em seis, estes são respectivamente:

1)As que considera estilo como desvio da norma; 2) as que o julgam como elaboração; 3) as que o entendem como conotação. [...] 1) estilo como adição, envoltório do pensamento; 2) estilo como escolha entre alternativa de expressão; 3) estilo como conjunto de características individuais; 4) estilo como desvio da norma; 5) estilo como conjunto de características coletivas (estilos de época); 6) estilo como resultado de relações entre entidades linguísticas formuláveis em termos de textos mais extensos que o período (2008, p. 17).

Assim sendo, Martins (2008, p. 17) afirma que diversos teóricos apontam que a estilística pode ser trabalhada de várias maneiras: na língua literária, no uso da língua, com o estilo do autor, ao da obra, ao do leitor, bem como a reação do texto literário, à forma da obra, do enunciado e na totalidade forma-pensamento, ou seja, o estilo pode representar muitas características, abaixo algumas definições:

O estilo é o homem. (Buffon);  
 O estilo é o pensamento. (Rémy de Gourmont);  
 O estilo é a obra. (R. A. Sayce);  
 Estilo é a expressão inevitável e orgânica de um modo individual de experiência. (Middleton Murray);  
 Estilo é o que é peculiar e diferencial numa fala. (Dámaso Alonso);  
 Estilo é a qualidade do enunciado, resultante de uma escolha que faz, entre os elementos constitutivos de uma dada língua, aquele que a emprega em uma circunstância determinada. (Marouzeau);  
 O estilo é compreendido como uma ênfase (expressiva, afetiva, ou estética) acrescentada à informação veiculada pela estrutura linguística sem alteração de sentido. O que quer dizer que a língua exprime e o estilo realça. (Riffaterre);  
 O estilo de um texto é o conjunto de probabilidades contextuais dos seus itens linguísticos. (Archibald Hill);

<sup>14</sup> “Estaca. Instrumento de poda, Haste, talo. Ponteiro, estilo (instrumento pontiagudo, geralmente de ferro ou de osso, usado para escrever em tábuas encerradas). Prática de composição, maneira de escrever, estilo. Maneira de falar, modo de expressão. Decisão, veredicto, palavra final” (REZENDE, 2005, p. 381).

Estilo é surpresa. (Kibédi Varga);  
Estilo é expectativa frustrada. (Jakobson);  
Estilo é o que está presente nas mensagens em que há elaboração da mensagem em que há elaborações da mensagem por si mesma (Id.);  
Estilo é o aspecto do enunciado que resulta de uma escolha dos meios de expressão, determinada pela natureza e pelas intenções do indivíduo que fala ou escreve. (Guiraud);  
Estilo é o conjunto objetivo de características formais oferecidas por um texto como resultado da adaptação do instrumento linguístico às finalidades do ato específico em que produzido. (Herculano de Carvalho);  
Estilo é a linguagem que transcende do plano intelectual para carrear a emoção e a vontade (Mattoso Câmara). (MARTINS, 2008, p. 18-19)

Portanto, esta disciplina, ligada a linguística, começa a ser empregada a partir do século XX, mas esse termo, foi recorrente desde o século XIX. Durante as primeiras décadas do século XX, Charles Bally (1865-1947) e Leo Spitzer eram respectivamente: o doutrinador da linguística da língua e Spitzer um grande estilístico literário.

Entretanto, a visão de Bally sofreu modificações com alguns teóricos como J. Marouzeau que acreditava ser a estilística mais individual. Como afirma Martins, Marouzeau concluía haver um deslocamento do sistema para o discurso, e a língua seria um repertório de possibilidades, “um fundo comum posto à disposição dos usuários que o utilizam conforme suas necessidades de expressão, praticando sua escolha, isto é, o estilo, na medida que lhe permitem as leis da língua”, estava mais ligado a linguística do que à literatura (MARTINS, 2008, p. 21).

Outro autor de relevância nestes estudos é Mattoso Câmara Jr. que segundo Martins (2008, p. 22), teria considerado “a estilística uma disciplina complementar da gramática, pois enquanto esta estuda a língua como meio de representação, a estilística estuda a língua como meio de exprimir estados psíquicos (expressão) ou de atuar sobre o interlocutor (apelo)” e a função língua, seria para ele, a “representação mental da realidade, mas o seu sistema é alterado pelos falantes com o fim de exprimir emoções e de influir sobre as pessoas”.

Pela simples incursão feita, podemos observar a abrangência das teorias estilísticas que contribuíram de certa forma para classificação em dois grupos: “as que consideram o fenômeno estilístico como objeto de pesquisa em si mesmo, e as que consideram o fenômeno estilístico como o meio privilegiado de acesso à

interioridade do escritor<sup>15</sup>” (MARTINS, 2008, p. 40-41). Desta maneira, esta parte do trabalho, buscou tratar a respeito da estilística, como esta é usada como método de pesquisa e de ponte para melhor conhecimento do autor para compreensão de sua obra. Assim sendo, destacamos algumas partes dos trabalhos taciteanos, em que, o autor se vale do manejo da linguística para afirmar algumas de suas compreensões.

Nobre (2010) ao estudar características estilísticas de Tácito, afirma que este historiador vale-se de estratégias discursivas próprias, fundindo gêneros como historiográficos, poéticos e oratórios e também de modos líricos e narrativos. A existência de diversas figuras de linguagem as quais o autor emprega como “construções paralelísticas (anáfora, simetria, agrupamentos binários ou ternários, isocólon e homeoteleuto)”, da mesma forma, busca “evitar repetições (empregando sinônimos, desfazendo a simetria de termos, casos, preposições, tempos e modos verbais” (NOBRE, 2010, p. 4). À vista disso, Tácito pode proporcionar uma leitura diferenciada, através de seus escritos.

A partir do exposto, é possível fazer análises profundas de seu pensamento, utilizou-se desses recursos para definir seu ponto de vista. A exemplo, utilizamos sua obra *Anais*, que aborda o imperador Tibério como sucessor de Augusto, mas como afirma Campos (2008, p. 49), Tácito induz o leitor a acreditar que Tibério havia conseguido o direito dinástico não por seus próprios méritos, mas pelas manipulações de sua mãe Lúvia. Através deste momento histórico retratado por Tácito, podemos perceber como ele valeu-se de recursos estilísticos a favor do que imaginava, não por meio das fontes. Desta forma, compreendemos como o manejo com as palavras representa uma arma importantíssima de convencimento do leitor.

Como mencionado, os recursos linguísticos são inúmeros, dentre eles as figuras de linguagem, que são usadas para que a mensagem chegue ao receptor com expressividade. Segundo Brandão (1989, p. 5), esta pode gerar uma ou mais

---

<sup>15</sup>“A primeira é a estilística de expressão linguística, a segunda, a do indivíduo, a literária. Em ambos os casos se reconhece na linguagem uma função representativa (intelectiva, referencial, denotativa), que diz respeito a um conteúdo objetivo, nocional, e uma função expressiva, apoiada na primeira, que diz respeito a um conteúdo subjetivo, o qual constitui o fato estilístico, atingindo sua intensidade máxima na língua literária. O caráter científico da estilística - ou a sua pretensão de atingir o estatuto de ciência- advém do seu objetivo de explicar os usos da linguagem que ultrapassam a função puramente denotativa, com maior exatidão e sem o propósito normativo que caracterizou a retórica. Contudo, não se logrou ainda um método rigoroso que assegure sua condição de ciência e o seu objetivo não está satisfatoriamente delineado.” (MARTINS, 2008, p. 40-41).

interpretações: “o sentido figurado parece que projeta nas razões de sua estrutura a polivalência que caracteriza seu efeito no receptor.” Estas, podem ser subdivididas em: figuras de palavras, de pensamento, de construção e de som. Algumas dessas podem ser encontradas em alguns trechos da fonte de Tácito como no exemplo abaixo:

1) “Efetivamente, no dia seguinte àquele em que Curiácio Materno fez leitura de seu **Catão**” (Tac., Diál., II).

Figura de Palavra: Metonímia (Catão = Livro);

2) “não há, por **Hércules**, quando em combate, mais firme defesa em couraça ou espada do que na eloquência a réu e a quem perigue” (Tac., Diál., V).

Figura de pensamento: Apóstrofe (Hércules= deus);

Outra análise a respeito do estilo da linguagem empregada pelo historiador é a riqueza de detalhes. Tácito a partir desse recurso, transformou seus escritos em mais vivos, seja pela abundância de imagens vivas ou sombrias, seja retratando personificações da natureza ou algo inanimado. Sua forma de tecer as palavras transformaram suas narrativas históricas em musicalidade através da utilização dos sons das palavras sendo semanticamente marcado pelo vasto vocabulário que torna seus escritos ímpares (NOBRE, 2010, p. 4).

A partir dos vários segmentos das obras de Tácito, percebemos como este delineava períodos históricos, os momentos políticos e alguns conflitos travados, de forma clara. Visto isso, *Anais* apresenta o Principado romano, desde a ascensão de Augusto aos governos de Tibério à Nero. Aponta também as causas das alterações das tradições morais, dos conflitos e disputas políticas, a interferência de personagens como Élio Sejano na administração do império entre tantos outros acontecimentos em que busca retratar as transmissões de poderes e disputas sejam elas político, sociais ou militares (CAMPOS, 2008, p. 47-52).

Outra característica taciteana seria a escolha das expressões/termos para manifestar seus pensamentos. O estilo de Tácito buscava através da *historia* revelar a “imagem” do indivíduo, identificando os possíveis bons e maus exemplos demonstrando por vezes amargura por determinados personagens. Pierre

Wuilleumier (apud NOBRE, 2010) afirmou que Tácito dominou a literatura latina registrando as figuras mais nobres com sensibilidade, acabando por se tornar um dos maiores escritores da humanidade, mesmo em volta à lacunas, este proporciona ao leitor informações importantíssimas a respeito do período que se propõe a relatar.

Como afirma Nobre, as obras de Tácito geralmente carregam a ideia de que “o fim quase nunca é feliz” (2008, p. 174), ou seja, para o historiador romano, “a esperança resulta sempre num vazio angustiante e é sempre a primeira a morrer” (2008, p. 174). O pessimismo retratado nesta frase advém do contexto em que Tácito está inserido, o período após o governo de Domiciano, de uma rara felicidade (Histórias, I, 1). Desta maneira, ainda segundo Nobre, Tácito receava que os bons momentos seriam sinais de um desfecho trágico.

Podemos, através destas análises, observar em diversos prismas como Tácito é considerado por muitos, um dos maiores historiadores da literatura latina, não somente por sua forma singular de produzir seu ofício de historiador, mas também pelo seu grau elevado de complexidade literária. Cristina Pimentel (2010) afirmou que é necessária uma atenção redobrada, pois este romano escondeu diversos sentidos a suas obras e que desvendá-los requer uma “perspicácia para entendermos as insinuações, juízos de valores e tomadas de posições” (PIMENTEL, 2010, p. V), contudo continua afirmando que será uma leitura dura porém de elegantes descobertas.

Enfim, Tácito pode como aponta Syme (apud Campos 2008, p. 26) ter cometido imprecisão, omitido genealogias de famílias romanas, faltado quanto a clareza da origem de muitas pessoas, não ter citado proclamações imperiais ou publicações de éditos como errado em algumas descrições geográficas durante as batalhas, etc. Entretanto, apesar de não ter sido um historiador no sentido moderno, foi fonte para esclarecimento de diversos eventos e o que está sendo debatido neste trabalho não são os detalhes, mas a autoridade que este legitimou em suas obras, pois Tácito demonstrou em muitos momentos uma preocupação com a precisão histórica e a confiabilidade de suas fontes (CAMPOS, 2008, p.27), mesmo que em algumas ocasiões este valeu-se de insinuações para solidificar sua opinião, o que não descarta seu engenho na busca de informações. Portanto, o estudo sobre



Tácito e suas obras são justificadas mediante a enriquecedora complexidade de seus pensamento ímpar, refletindo-se em sua escrita.

### 2.3 Tácito enquanto Historiador, Político e Orador.

Silveira aponta que a história concebida por Tácito teria como “princípio básico, a pesquisa para o encontro da verdade, e, como coroa, o ensinamento da moral” (1970, p. XVI). Desta maneira, esta “verdade” era relativa, baseava-se no relato do historiador, e esta era tida como provável apenas a versão que obtivesse fundamento<sup>16</sup>. Entretanto, Cícero (apud Silveira, 1970, p. XVII) aponta que o historiador ao narrar deveria ser cuidadoso ao citar as datas, descrever os lugares, indicar as causas e resultados. Ele acreditava que a história ao ser contada deveria ser aquela como “realmente se passou”. Desta forma, Cícero demonstra uma preocupação com a busca desta “verdade”, não somente uma versão plausível de verossimilhança, assim sendo, podemos concluir que por parte de alguns historiadores, já existia uma busca pelas fontes e são estas que Tácito se vale em diferentes trechos de suas obras.

Exemplos das fontes que encontramos nas obras de Tácito são as *Actas Senatus* (resumo das sessões do Senado que são passíveis de crédito, porém, algumas de suas informações provavelmente sejam inverdade ou distorções da verdade a fim de bajular os monarcas ou qualquer receptor que interessasse ao emissor); as *Acta Populi Romani* ou *Acta Diurna Populi Romani* (considerada como uma gazeta/jornal, que conteria informações difundidas para as Províncias, bibliotecas, etc.), as memórias (ou diários, que continham informações pessoais dos imperadores, poucas pessoas tinham acesso/permissão de manuseá-los); as coleções de cartas, as orações fúnebres e conversações (SILVEIRA, 1970).

Como observado, Tácito utiliza diferentes documentações para realizações de suas obras, e este emprego contribuiu de forma inovadora para a escrita histórica de sua época. Historiadores como Momigliano (apud Campos, 2008, p. 27) acreditam

---

<sup>16</sup>“A esse tempo, o leitor, ou ouvinte, não exigia que o orador, ou o historiador, citasse as fontes das suas informações, e permitisse a discussão livre delas. Como esclarece Gaston Boissier, o romano típico acreditava piamente na palavra do historiador, dispondo-se a considerar tudo verdadeiro, desde que tudo se apresentasse, aos seus olhos, como verossímil. Este romano típico se recusava a dar crédito aos relatos, mesmo verídicos, que ofendessem as leis normais da natureza; recusava-se a isso por tendência do espírito da época; não indagava se o relato de factos inverossímeis tinha qualquer fundamento na realidade; se o facto narrado não coubesse na sua indagação, ele não admitiria que coubesse na vida real. Se, porém, o tema exposto estivesse de acordo com a normalidade, não exigiria mais; ainda que o tema deixasse de ter fundamento, isto é, ainda que o facto apresentado não houvesse ocorrido, dispunha-se a dar-lhe crédito dito - e a verdade, então, passava a ser a palavra do historiador.” (SILVEIRA, 1970, p. XVI-XVII).

que Tácito não foi um historiador no sentido moderno, o qual teria passado suas manhãs em arquivos, porém sua credibilidade não pode ser questionada. Prova desta “confiança” nos escritos taciteanos seria o que Nobre (2010, p. 33), ao estudar Tácito, através do cruzamento da fonte com os documentos constatou: em sua pesquisa, este levantou que a *Tabula Siarensis* (registro do falecimento Germânico, em 19 d.C.), o *Senatus Consultum* de Cn. *Pisone Patre* (registro de julgamento do ano 20 d.C. que levanta um problema de datação) e algumas tábuas de bronze, que continham o discurso de Cláudio ao senado em 48 d.C. estavam de alguma forma ligadas as informações que Tácito descrevia, ou seja, havia uma procura/acesso de Tácito a esta documentação. Assim sendo, confere-se certa autoridade aos relatos deste historiador romano, seja pela proximidade com as fontes “oficiais”, seja pelo contato com grandes personalidades, que podem lhe garantir relatos orais de determinado acontecimento.

Desta forma, Nobre (2010, p. 33) afirma que Tácito buscava através da *historia* um meio de entretenimento aos leitores, promover, através de seus relatos, exemplos a serem seguidos, bem como denunciar comportamentos indignos e infames. Porém, Tácito não era somente um historiador, este também possuía os títulos de orador e do político e principalmente durante a República, estes oradores cumpriam uma função social, política e educacional sendo responsáveis por proporcionar os embates, questionamentos acerca da atmosfera que atingia o romano. No entanto, durante o Principado, estes foram perdendo sua representatividade como agentes políticos para se tornarem declamadores (Tac., Diálogo, I), pois, o imperador centralizava cada vez mais as decisões políticas em suas mãos, e este panorama permaneceu nesta conjuntura devido a estabilidade e permanência que este novo sistema proporcionou. A “*pax romana*” teria sido alcançada com o Império, e esta, apesar de carregar a perda de liberdade<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> “Se *principatus* e *libertas* podem ser termos associáveis, a perversão da *libertas* é o *dominatio*, o governo de um único soberano sem limitações de poder ou desejo. A *potentia*, denominação do exercício do poder normalmente assegurada pelo controle das armas ou influência ilícita, ganha terreno na narrativa à medida que a *libertas* de todos é convertida em *dominatio* por uma *cupido potentiae* (vontade de poder). Desta forma, se o *princeps* é um homem indigno, o governo é condicionado a ser um *dominatio*, para o qual não há solução que não a morte deste *princeps* e sua sucessão por um homem melhor. Entretanto, a percepção de que o Principado pode ser uma boa forma de governo pela existência de uma liberdade, tal qual foi possível numa era dourada da República, assegurada por um soberano que não seja ávido de dominação, por si só não é suficiente para justificar a preocupação do autor e de seu período com o problema do Principado: existe uma percepção ressentida da inevitabilidade desta forma de governo, assim como a incapacidade da

proporcionou o fim das terríveis guerras civis do final do período republicano (CAMPOS, 2009, p. 57).

Sobre este momento político, a obra literária *Diálogo dos Oradores* apresenta extrema relevância, pois figura como uma fonte importantíssima para compreensão de um momento ímpar da história romana, a transição da República para o Principado, e levanta questionamentos se existiu ou não uma decadência da oratória a partir dos contextos históricos. Outro levantamento inferido a partir da fonte seria a respeito que durante o período republicano os oradores cumpriam uma função social, política e educacional e, assim, proporcionavam através de seus embates, questionamentos, e estas tensões passaram para um segundo plano nessa subsequente conjectura política que haveria de se instalar. Podemos desta forma, compreender que após o advento do Principado buscava-se acima de qualquer ideal a permanência da *pax romana* que este sistema proporcionou ao Estado, mesmo que essa representasse aos cidadão a perda de sua liberdade.

Durante o período imperial, Gèza Alföldy destaca que o poder dos *princeps* era ilimitados e que até mesmo os imperadores considerados “fracos”, como Cláudio obtinham aprovação do Senado para realizar suas ações. O historiador também elenca uma sucessão de poderes atribuídos aos governantes que seriam a *tribunicia potesta* (possuir o poder legislativo para formular leis), *imperium proconsulare maius* (é aquele que tem a autorização para gerir as províncias), ser detentor dos *bons mores* (O imperador poderia admitir ou excluir na ordem eqüestres indivíduos, nomear “homens novos” para o Senado e indicar pessoas a cargos políticos), possuir a mais alta *dignitas* (Seria a pessoa que detêm maior posição social que lhe garante superioridade perante aos demais sendo detentor da *auctoritas*), ser dono do *patrimonium Augusti* (bens da coroa) e da *res privata* que eram bens pessoais como propriedade rurais, minas e oficinas (1975, p.116-117). Desta maneira, podemos observar que através do Principado, o imperador poderia centralizar o poder em seu domínio e o Senado, que durante a República tomava as decisões políticas, atuando nesta nova conjectura como porta-voz imperial, pois, os serviços antes prestados à *res publica*, seriam repassados agora às mãos do *princeps* (CAMPOS, 2013).

---

aristocracia senatorial do início do Império em retomar à antiga instituição republicana, bem como outra possibilidade de comando” (BENARIO, apud CAMPOS, 2008, p. 48-49).

A *res publica*, “coisa do povo, considerando tal, não todos os homens de qualquer modo congregados, mas a reunião que tem fundamento no consentimento jurídico e na utilidade comum” (Cic., Da Rep., XXV), podemos observar como a lei provinha do povo e como esta jurisprudência era concebida com um caráter divino, pois a relação de obediência a esta deveria ser normatizada e seguida. A soberania destas leis figurava-se no poder do Senado, das Assembléias e dos Magistrados e esta concepção congregava-se na sigla SPQR<sup>18</sup> (*Senatus Populusque Romanus*) em que o Senado possuía o poder dos *paters*, pois somente eles possuíam o *genius* que Mendes (2009, p.94) especifica ser uma divindade responsável pela fertilidade, prosperidade e por assegurar os *mores maiorum* (valores políticos, religiosos, familiares, públicos e privados romanos). É neste grupo de senadores, que possuem essa autoridade, que incluímos Tácito, este viveu durante Principado (época que os senadores não possuíam o mesmo grau de força política em comparação com a República), entretanto constituíam-se como peça importante de articulação no Império.

Enquanto representante político, as informações a respeito de Tácito são poucas, o que possuímos são algumas informações concernentes à sua preparação para a carreira senatorial. Durante esta etapa ele encontrava-se em Roma e tinha como prática a observação dos grandes eloquentíssimos quando jovem (Tac., Diálogo II). Com seu casamento (aproximadamente em 77-78 d.C.) pode progredir no seu *cursus honorum*, pois seu sogro era “general de magnífica reputação, era cônsul e estava de partida para Bretanha, a fim de a conquistar, como de facto a conquistou, quando casou sua filha”. Desta forma, podemos concluir a proeminência da família de Tácito, visto a importância do matrimônio que este conseguiu alcançar (SILVEIRA, 1970, p. VI).

---

<sup>18</sup> “Digamos, de início, que Roma, tanto no tempo da República como no primeiro século do seu Império, integrava uma entidade política, moral e cultural, de compreensão nada fácil à inteligência dos dias de hoje. Nessa entidade política, predominava um corpo denominado “Senado”, ‘*Senatus populusque romanus*’, ou seja, Senado e o povo romanos- coisas que ainda agora se designam pelas iniciais ‘SPQR’.- é denominação que pode conduzir a equívocos. Na atualidade, ‘povo’ é o que se poderia especificar como sendo o corpo civil de uma nação. Nos tempos romanos, entretanto, ‘povo’ era o que hoje se qualifica como sendo ‘exército’. O corpo civil, na Roma Imperial, era o Senado, para onde iam os senhores territoriais, os descendentes das velhas famílias aristocráticas, famílias estas que tinham direitos sagrados e que podiam deixar herdeiros. Os filhos de tais famílias eram, como esclarece Ortega y Gasset, os únicos filhos de pai- de onde procede a denominação de patrícios. Assim, a expressão ‘o Senado e o Povo romanos’ deve ser traduzida para ‘o corpo civil aristocrático, e o exército romanos’. Em tal Senado e em tal Exército, o povo propriamente dito – o povo como nós o entendemos hoje – não exercia interferência alguma.” (SILVEIRA, 1970, p. VIII).

Uma década depois, Tácito se torna *pretor* durante o governo de Domiciano e membro do colégio religioso sacerdotal dos *quindecimviri sacris faciundis*<sup>19</sup>. Durante 89-93 d.C. se ausentou de Roma para provavelmente ter comandado uma legião provincial na Ásia e ao retornar não teria se adaptado ao regime de Domiciano, permanecendo neste período na “obscuridade voluntária, aceitando passivamente aquele governo de desconfiança e de terror para sobreviver” (SILVEIRA, 1970).

Ainda sobre a carreira política de Tácito, Nobre (2010) indica que em 97 d.C. este é proclamado cônsul *suffectus* e no mesmo ano teria sido o pronunciador da oração fúnebre à Vergínio Rufo, vencedor de Vídice (NOBRE, 2010). Nos anos de 99-100 d.C. teria processado o ex-governador da África, Mario Prisco, por extorsão e posteriormente, nos idos de 102-104 d.C. teria governado uma província imperial e em 112-113 d.C. foi *procônsul* na Ásia

O cargo de senador, Tácito já possuía desde o governo de Nerva e com o advento de Trajano pode prosperar ainda mais, segundo Silveira (1970), a partir deste período perdemos a continuidade de sua biografia, tendo apenas uma data aproximada de sua morte em 117 d.C. Entretanto, a trajetória política<sup>20</sup> de Tácito nos possibilita conhecer como era considerada esta profissão tida como autônoma e como esta exigia do candidato certo grau de competitividade, tempo integral,

---

<sup>19</sup> Função de vigiar os cultos estrangeiros (BELCHIOR, 2012).

<sup>20</sup> “Em latim, não há nenhuma palavra que designe o ‘homem político’, a não ser, na sua nudez, aquela que designa também o cidadão, *civis*. ‘o homem político’ ideal é o *bonus* ou o *optimus civis*. Poder-se-ia imaginar, a propósito, uma democracia ideal. Todavia, convirá ter em conta que Roma é uma cidade censitária, onde nem todos os cidadãos eram admitidos nas legiões, ou nas centúrias mais influentes no interior dos comícios, e onde também nem todos podiam ser admitidos nos cargos públicos. Para os plebeus, após a eliminação do patriarcado, nos séculos IV e III a.C., deixou de haver uma incapacidade de nascimento (que continuou a existir para os libertos). Em contrapartida (coisas que muitas vezes se esquece), passou a haver exigências censitárias. Na realidade, para poder aspirar a todas as honras, cujo primeiro grau era, de fato, o de tribuno militar, tem de se poder servir a cavalaria- portanto, estar inscrito no censo eqüestre e possuir os níveis de honrabilidade ‘*ingenuidade*’ inerentes. Para além disso, é necessário pelo menos até o início do século I ter realmente feito alguns anos de serviço militar [...] em compensação, durante a República, a hereditariedade (ou seja, o fato de se ter um pai senador ou magistrado) não é imposta pela lei ou pela norma; é, porém, a prática dominante. Aos ‘homens novos’, filhos de notáveis, simples cavaleiros, é reconhecido o direito de aspirarem às honras. [...] No tempo de Augusto, porém, o acesso às honras passa a ser reservado, em princípio aos filhos de senadores. Todavia, não se pense numa mudança radical: há sempre uma oportunidade de ‘promoção’ política e social, quase equivalente, para a ordem eqüestre, ou mesmo, excepcionalmente, para as outras categorias, embora essa promoção já não dependa, como na República, exclusivamente do voto dos comícios; agora, está sujeita ao controle e à vontade do *princeps* que, através de dois processos diferentes, a concessão do *laticlavo* e a *adlectio*, [...] controla pessoalmente o que dantes era um benefício do povo” (NICOLET, 1991, p. 44-45).

clientela e principalmente uma classe política rica não hereditária sacramentada em um sistema de crenças e valores comuns.

Esta classe política, como aponta Mendes (2009, p. 100), durante o período republicano passou a compor parte de processos históricos em que formaram uma cultura política tipicamente patriarcal, ou seja, baseada nos poderes do *pater familias* que, como descreve Finley (1980, p. 7), exercia poder de *potesta* (sobre os filhos e os filhos dos seus filhos e sobre os escravos), *manus* (sobre sua mulher e as mulheres de seus filhos) e o *dominium* (no que tange os bens) e estes representantes eram os candidatos aos cargos públicos.

Sobre estes políticos, Cícero (apud BELTRÃO 2010, p. 27) defende que os encarregados no governo deveriam ser aqueles cujas aptidões demonstravam liderança e estas são caracterizadas pela *virtus*<sup>21</sup>. Estes deveriam “ter expressão na ação, designadamente na atividade política, área na qual haveria mais oportunidades de se cumprir efetivamente” e a excelência do homem político estaria baseada na *prudentia*<sup>22</sup> ou *sapientia, consilium e eloquentia*<sup>23</sup>. Desta forma, para Cícero, a inteligência do bom político consistiria na compreensão da constituição e dos órgãos do governo, conhecimento das funções, dos procedimentos das funções,

---

<sup>21</sup> “*Virtus*, derivado de *vir*, que designa simultaneamente uma atividade e uma qualidade, adquira o sentido geral de mérito que designa a coragem guerreira, assim como figurava na língua do direito público, designando o que é próprio aos *uirí* (homens). [...] Em uma esfera moral, *virtus* servia para descrever tanto a correção moral, quanto as qualidades do caráter individual ou coletivo, que tornavam a pessoa ou o povo apto (a) a reconhecer e seguir a conduta apropriada. O termo era empregado geralmente do modo relacionado a questões do governo da *urbs*.” (BELTRÃO, 2010, p. 27-28)

<sup>22</sup> “*Prudentia*, no sentido ciceroniano, é apresentada como a arte que deve reger a condução da vida, provendo seu possuidor com o conhecimento do que é bom ou mau ou, em outras palavras, o conhecimento daquilo que deve ser buscado e daquilo que deve ser evitado. Cícero faz derivar de *proviere* e *providentia*- a habilidade de prever o que acontecerá antes que de fato acontecerá antes que de fato aconteça, como uma de suas principais subdivisões. Essa habilidade de previsão é a marca principal do *sapiens*, e a *prudentia*, assim, torna-se sinônimo de *sapientia*. A *sapientia*, porém, mantém um significado mais preciso. Cícero a chama de *gravissimum nomen* e a iguala à *sophia* grega, representando o conhecimento das coisas divinas e humanas. Já a *prudentia* tem sentido mais genérico e menos transcendente, sendo o termo preferido pelo orador ao se referir a contextos políticos [...] mesmo que por vezes use *sapientia* para descrever o bom senso em geral e *prudentia* para indicar a sabedoria do intelecto educado e bem desenvolvido. Ambos os termos sevem-lhe, contudo, sinônimos para indicar tanto a sabedoria filosófica, quanto o conhecimento prático e são, de certo modo, intercambiáveis.” (BELTRÃO, 2010, p. 29).

<sup>23</sup> “Todos esses dons seriam, porém, imperfeitos sem a imprescindível adição da *eloquentia*. Cícero defende em termos exaltados a arte na qual era um especialista. A *eloquentia* é a habilidade de falar bem e expressar adequadamente os pensamentos em discursos, uma arte de grande apelo estético e intelectual, e aprazível aos ouvidos e à mente, sendo mais útil e digna a Roma, como afirma, do que os triunfos militares. [...] A *eloquentia* é para Cícero, o melhor meio para demonstrar e provar a dedicação aos *officia* e construir uma carreira política. Para ele, toda sabedoria precisa das artes do discurso, se não quiser permanecer introvertida, o que é um vício do pensamento.” (BELTRÃO, 2010, p. 34).

e dos procedimentos políticos e de todos os mecanismos governamentais (BELTRÃO, 2010, p. 30).

Destarte, é possível inferir que o ofício político caminha com a do orador vide o exemplo de Cícero (apud MENDES 2009, p. 102), ao classificar os atributos do eloquente como o de saber ler poemas, conhecer a história, as artes liberais, a lei, os tratados, as convenções, saber argumentar sobre quaisquer assuntos, ou seja, o orador deveria ser mister em conhecimentos das artes às ciências, além de saber provar, agradar e comover seus expectadores (Cic. Do Orador. II. 9). Desta forma, podemos perceber como o uso da linguagem é de extrema relevância para o orador, assim como para o historiador (que deverá persuadir o ouvinte com “sua” narração dos fatos), e do político que segundo Joly (2010, p. 101) deveria dedicar-se a escrita da história para que se preservasse através da escrita os eventos para servirem de exemplos, guiando os futuros personagens. Portanto, o papel do orador (na forma de convencer), do historiador (ao procurar a “verdade”) e do político (ao escrever) unia essas três profissões. Assim sendo, a partir das informações apresentadas e reflexões constituídas, podemos classificar Tácito como Historiador, orador e político romano durante o Principado.



### 3. ANÁLISE DO CONTEÚDO, O ESTUDO DA OBRA DIÁLOGO DOS ORADORES

Antes mesmo da análise do conteúdo ser uma metodologia para o estudo da interpretação dos textos, a antiguidade já se respaldava na hermenêutica, que ainda é uma forma de interpretação densa dos textos. Entretanto, essa análise teria como foco, uma reflexão a partir dos textos sagrados ou misteriosos. Nesse viés, percebemos como os discursos podem se revelar polissêmicos, necessitando um entendimento profundo acerca de determinado assunto para desvendar seu significado oculto. Outros dois elementos importantíssimos utilizados ainda no contexto dos antigos seria a retórica e a lógica. O primeiro foi utilizado com finalidade de “expressão mais propícia à declamação persuasiva” e a segunda como determinante para a análise dos enunciados de um discurso, sendo seu encadeamento as “regras formais do raciocínio certo” (BARDIN, 1977, p. 14).

No período do Pós Guerra Fria, desenvolveram-se estudos aprofundados na área das Ciências Sociais, tendo como protagonista os Estados Unidos da América. Para Jurandir Malerba (2011), esse momento significou um planejamento e racionalização da sociedade e para Bardin (1977) contribuiu para o desenvolvimento da análise das comunicações. Nesse processo, o *behaviorismo* teve fundamental importância no intuito do Governo “adivinhar” as orientações políticas e estratégicas de determinados países, sendo auxiliados através dos documentos de fácil acesso como jornais, revistas, rádio, etc. Os analistas deste material vinculado pela imprensa se transformaram em detetives, com certo grau de precisão em seus estudos através da verificação de dados.

Atualmente, podemos dizer que os métodos da análise do conteúdo objetivam ultrapassar a incerteza (desejo de rigor dos dados), o enriquecimento da leitura (necessidade de descobrimento, de adivinhação, de ultrapassagem das aparências) para que se alcance as funções heurísticas (aumento da capacidade de descoberta) e de administração da prova (análise de verificação) sejam atingidas (BARDIN, 1977). Para tanto, este capítulo, visa uma análise a fim de estabelecer relações entre o sistema imperial e as consideráveis transformações no sistema educacional, tendo por base a obra Diálogo dos Oradores nos excertos: I, II, III, V, VI, XI, XII, XV-

XXV, XXVII-XXIX, XXX, XXXI, XXII, XXXIV, XXXV, XXVI-XXXVII, XXVIII, XXXIX, XXL e XXLI.

Mas, para iniciarmos uma tarefa de tão grande porte como a interpretação de uma obra pertencente a antiguidade, precisamos ter um arcabouço teórico firme, que nos auxilie metodologicamente na organização da análise. Bardin (1977) afirma que a análise de conteúdo para organização de ideias envolve uma pré-análise do material, ou seja, uma leitura flutuante<sup>24</sup> para sugerir intuições e sistematizar as primeiras ideias. Neste primeiro momento, se faz necessário a escolha dos documentos (Diálogo dos Oradores), a formulação de hipóteses<sup>25</sup> e elaboração de indicadores para a interpretação<sup>26</sup>. O segundo passo seria uma exploração do material<sup>27</sup> e por último o tratamento dos resultados para observação da interpretação<sup>28</sup>.

Antes da observação atenta dos trechos da obra que abarcam nossas hipóteses, é preciso ter em mente a comparação de Bardin (1977), entre o arqueólogo e o analista. Ambos trabalham com vestígios (em sua maioria documentos), e é a partir desses fragmentos que questionamos nosso objeto de análise. A inferência de forma lógica é alcançada com base nos conhecimentos que o emissor pretendeu transmitir, sendo que é de suma relevância a verificação dos estudos das narrativas históricas. Estas pesquisas sobre determinado assunto podem sofrer ao longo do tempo renovações, significando mudanças na concepção e interpretação de uma dada literatura histórica, bem como, de qualquer outro tipo de documentação. Por isso, pretendemos com nosso estudo, abordar de uma forma

---

<sup>24</sup> “A primeira actividade consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura ‘flutuante’ por analogias com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos” (BARDIN, 1977, p. 96).

<sup>25</sup> A principal hipótese desse trabalho será a busca do porquê de no Império a educação sofrer consideráveis transformações: poder do imperador atuar de forma coerciva e as relações que provocaram a mudança nos *mores*.

<sup>26</sup> Seriam os dados da fonte que convergem para a confirmação da hipótese.

<sup>27</sup> “A fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efectuadas pelo ordenador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p. 101).

<sup>28</sup> “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falante) válidos” (BARDIN, 1977, p. 101).

pontual, as mudanças educacionais ocorridas a partir do sistema imperial com intuito de facilitar o acesso destes dados.

A fonte, aqui investigada, busca compreender através de um debate, a possível transformação da oratória/eloquência. A mesma teria sido uma possível conversa que Tácito ouvira quando jovem (aproximadamente entre 74-75 d.C.) na qual envolveria quatro personagens: Curiatius Maternus (Curiácio Materno), Marcos Aper (Marcos Apro), Julius Secundus (Júlio Segundo) e Vipstanus Mensalla a fim de desvendar as causas da mesma.

A respeito da divisão da obra, Joly (2009) pontua que esta estaria dividida em sete partes, que seriam:

-A recepção negativa que Maternus teve da corte ao ler sua tragédia “*Catão*”. A partir desse episódio, existiu o desdobramento da obra, em que os demais personagens buscam debater a respeito da transformação da eloquência (Tac., Dial., II, 1-IV,2);

-O discurso de Aper (Tac., Dial., V, 1-X, 8) sobre a utilidade da oratória, visando exortar Maternus a retornar à sua prática em vez compor tragédias.

-Maternus rebatendo a fala de Aper com um discurso em favor da poesia para justificar sua posição (Tac., Dial., XI, 1-XIII,6).

-Chegada de Messalla, em que Secundus propõe a este, que ele profira uma defesa dos oradores antigos (Tac., Dial., XVI,1).

- Defesa de Messalla aos antigos (Tac., Dial., XXV, 1-XXXV,5),

-Aper discursando e elogiando a oratória moderna (Tac., Dial., XVI, 4-XXIII,6);

- Um terceiro par de discursos encerra a obra com Secundus procurando explicar o “declínio” da oratória tendo em vista as condições políticas do Principado (Tac., Dial., XXIV-XIL)

Nesta divisão, podemos perceber como a obra apresenta vários questionamentos como: a preferência entre “oratória *versus* poesia”, onde cada lado defende ferrenhamente a prática de cada qual; a disputa para definir quais seriam

os melhores oradores, “os antigos” (do período republicano) ou os da “atualidade” (Império) e a existência ou não de um “declínio” quantitativo e qualitativo dos oradores. Suas conclusões podem ser vistas a seguir:

A fonte “Diálogo dos Oradores” tem como ponto geracional a interrogação de Justo Fábio a Tácito do porquê de no período imperial não haver um número expressivo de oradores como na República. Tácito afirma que não usará seus argumentos para responder tal indagação, mas se valerá de um discurso ouvido no seu tempo de juventude no qual irá envolver “varões notabilíssimos”, assim como mostra o trecho abaixo:

Porque motivo, ao passo que séculos anteriores florescem nos falantes e na forma de tantos eminentes, a nossa época, realmente, como que abandonada, como que órfã da glória da eloquência, mal conserva o próprio nome de orador [...] aos eloqüentes de nossos tempos, os tratamos de causídicos de advogados de defensores de preferência a oradores [...] a minha opinião e não apenas de repetir as palavras de homens [...] não preciso de talento, mas de memória e de lembranças, para que tudo o que escutei a varões notabilíssimos, [...] eu agora o exponha no mesmo ritmo e com a mesma lógica, conservando a ordem de discussão. [...] antepusesse a eloquência de nossos tempos ao nosso talento dos antigos. (Tac., Diálogo, I).

Neste primeiro trecho da obra, percebemos dois aspectos que remontam a educação e o sistema imperial. O primeiro relaciona-se à quantidade superior de oradores que existiam no período anterior e o segundo refere-se à qualidade destes, que, segundo Justo Fábio, mau carregavam o título de orador, sendo conhecidos mais como advogados e defensores do que eloquentes. Seu apelo chega a ser tão profundo que caracteriza o período como sendo de “órfãos” de integrantes desta categoria.

No diálogo subsequente, Tácito situa a obra um dia após Materno fazer a leitura de sua tragédia chamada Catão. O espaço onde ocorre a conversa teria sido a casa de Materno onde Apro e Segundo vão ao seu encontro para convencê-lo de que as causas dos tribunais são mais importantes, deixando subtendido que essa seria tarefa dos gregos.

Efetivamente, no dia seguinte aquele em que Curiácio Materno fez leitura de seu Catão e como se disse ofendido o ânimo dos poderosos [...] vieram ter com ele Marcos Apro e Júlio Segundo, talentos por então celebradíssimos

em nossos tribunais e que eu assiduamente escutava nas audiências e não só porquanto os seguia em casa e em público, com enorme curiosidade de saber e um certo ardor juvenil (Tac., Diálogo, II).

Nesta parte, constatamos que o encontro dos oradores a casa de Materno também se devia às ofensas que este teria feito aos poderosos em seu livro, desta forma, podemos observar como o período em que viviam já não possuía certa liberdade de expressão, visto que seus antigos companheiros de fórum alertaram-no do perigo. Um segundo aspecto interessante seria a interferência de Tácito no Diálogo para demonstrar sua admiração a estes eloquentíssimos (Apro e Segundo), os quais aponta ter seguido em sua juventude (hábito este freqüente durante a República para que os oradores obtivessem experiência).

Apro, nos Diálogos V e VI, ao tentar convencer Materno que a advocacia se sobrepõe à poética, teria afirmando que esta teria uma função social e está inclusa em um âmbito mais nobre no interior da sociedade. Este orador também traça diversas outras vantagens como sendo esta arte a mais reconhecida no mundo antigo no recorte em questão (República e Império).

Mas, já que juiz existe, não permitirei que Materno seja definido pela solidariedade dos outros e vou acusá-lo a ele só, visto que, nascido para a eloquência viril e oratória, com a qual poderia, ao mesmo tempo, iniciar e começar amizade [...] a mais digna de todos, a melhor para da forma na cidade, a de maior ilustre no que respeitar a ser conhecida de todo o império e de todos os povos. Efetivamente, se todos os nossos pensamentos e feitos devem ser endereçados à utilidade na vida [...] que outra coisa senão a sua eloquência opôs há pouco Épico Marcelo, quando estavam contra os senadores? [...] Passo ao prazer da eloquência oratória [...] em que quase todos as horas que há efetivamente da mais agradável para um espírito livre e desprendido e nascido para os prazeres honrosos do que ver a casa sempre cheia e frequentada pelo conjunto de homens mais importantes e saber que tal se não deve nem a fortuna, nem ao desempenho de qualquer cargo público, nem a não ter herdeiro [...] depois quando se dá o acompanhamento da cidadãos! Que aparência em publico! Que respeito nos tribunais que gosto aquele, o de se levantar e ajudar entre gente silenciosa e com os olhos postos num só! e juntar-se o povo, reunir-se a sua volta sofreu as emoções que o orador em si próprio induziu [...] mas são ainda maiores e mais secretos e os que somente são conhecidos dos próprios oradores [...] cuidado e meditado [...] firmeza na alegria [...] incerteza enaltece [...] audácia improvisadora [...] mais agradável o que a espontaneidade nasce. (Tac., Diálogo, V-VI)

Além das diversas qualidades da eloquência, Apro também teria elencado as desvantagens da poesia como gastos, falta de reconhecimento entre outros, questionando como até mesmo a oralidade da poesia seria inferior em comparação com a oratória, pois a primeira reproduz outros autores enquanto a segunda se faz por seu próprio manejo de lidar com as palavras. Nessa mesma citação também podemos analisar como os estudos eram relacionados com o “nascimento”, em que, algumas ordens, eram “predestinadas” a cumprir sua carreira na política, intimamente relacionada no âmbito educacional a disciplinas relacionadas à retórica principalmente.

Materno então, diante das críticas da validação da poesia enquanto enaltecida individual e efêmera frente à funcionabilidade da oratória forense, replica que a eloquência dos foros é carregada de vícios, enquanto a poesia acolhe o espírito, sustenta-se no tempo de forma mais firme que os discursos políticos

Materno, calmo e sorridente quando eu me preparava para atacar os oradores [...] me abrandou com certa arte, permitindo que façam poesia os que não possam advogar causas [...] se tenho alguma forma e algum nome, creio que mais vieram dos versos que dos discursos. Resolvi até me desligar do trabalho do foro e não ambiciono essas companhias, esses cortejos [...] quantos à situação e segurança de cada um, melhor se defendem pela inocência do que pela eloquência e não tenho receio de que venha alguma vez a falar em causa no senado a não ser por outro (Tac., Diálogo, XI).

Dessa forma, Materno continua seu relato apontando que uma das causas da transformação da educação teria sido a corrupção dos costumes. Em meio a sua fala, sobre a conflituosa relação entre a política e a poética, Vipstano Messala inicia sua participação no Diálogo, conduzindo a discussão para outra linha: Quem eram os melhores oradores, os antigos ou os atuais?

As matas e bosques e retiros que censurava Apro trazem-me tanto gosto que eu enumeraria entre os principais frutos da poesia [...] se acolhe sagrados. Estes foram os princípios da eloquência lucrativa e sanguinária é recente, nasce da corrupção dos costumes e, como dizia Apro, foi tomado para servir de arma. [...] encontra-se hoje mais gente para denegrir a glória de Cícero que a de Virgílio. (Tac., Diálogo, 12)

Messala posiciona-se defendendo seus antepassados de forma implícita, apontando que os oradores imperiais não tinham mais as características do passado e teriam maiores similaridades com advogados do que com eloqüentes:

Então Apro não deixa, Messala se admirar somente o passado, o antigo, e de ridicularizar e desprezar os trabalhos de nosso tempo [...] afirmo vos que ninguém é orador nos tempos de hoje [...] visto negares tu próprio a ti a glória que te concedem os outros. Não me arrependo dessas minhas palavras disse ele [...] E queria conseguir que qualquer de vós pesquisasse e comunicasse as causas dessa infinita diferença, causas que muitas vezes comigo resolvo. E, o que é consolo para alguns, a mim aumenta o problema (Tac., Diálogo, XV).

No entanto, Apro mantém uma postura de valorização do estilo de seus contemporâneos, defendendo o “novo” sob argumentação principal de que são momentos políticos diferentes. No contexto inferido (Principado), estes gozavam de certa “estabilidade” frente ao passado de guerras civis republicanas, e portanto, o período anterior necessitava de digressões elevadas nos foros, sendo essas essenciais para o posicionamento da tomada de decisões.

Se ganha a época algum renome com a glória e a fama destes oradores [...] Defenderei esta causa com mais força e audácia, se demonstrar antes que também as formas e gêneros de falar se mudam com os tempos. C Graco, comparando com o velho Catão, é mais pleno e abundante, Crasso mais polido e ornado do que Graco, Cícero mais distinto, mais culto e mais elevado do que qualquer um dos dois [...] Não estou querendo saber qual o mais eloquente; contento-me como ter provado que não é um só rosto da eloquência que naqueles mesmos a que chamais antigos se surpreendem vários aspectos, que não é alguma coisa inferior a outra apenas por ser diferente e é por vício da maldade humana que sempre se louva o velho e que do presente se desdenha. [...] No nosso tempo, corre o juiz a frente do orador e deles se afasta se não for atraído e arbatado pelo correr dos argumentos [...] comum dos argumentos e um auditório de acaso e sem firmeza habituaram-se a exigir no discurso animação e beleza [...] já até os jovens [...] continuamente acompanham os oradores, não querem somente ouvir, mas também levar para a casa alguma coisa de notável e digno de memória [...] Até se exige agora do orador certo ornato poético, não machado pelas velharias de Acio ou Pacúvio [...] se tornou a época dos nossos oradores mais bela e elegante, nem são menos eficazes os nossos discursos pelo fato de chegarem ao ouvido de juizes com seu aprazimento (Tac., Diálogo, XVIII - XX).

A partir dos Diálogo subsequentes, Messala inicia apontando as causas das diferenças entre os novos e antigos oradores, elencando que não foi por falta de

homens, mas descaso da juventude, negligência e ignorância dos pais e mestres. Em continuidade, Messala afirma que anteriormente os filhos eram educados por pais ou pessoas de confiança, já no presente período, estas eram entregues a criados que não possuíam formação educacional para instruir. Da mesma forma, faltava-lhes por parte dos pais a repreensão na qual instruíam seus filhos ao respeito das antigas tradições.

Messala [...] causas que procuras, Materno não são ocultas [...] quem ignora, efectivamente quer a eloquência e as outras artes decaíram de sua antiga glória não por falta de homens, mas por descaso da juventude, pela negligência dos pais, por ignorância dos mestres e por esquecimento dos costumes antigos? [...] de nossos defeitos de casa, que logo nos recebem ao nascer e se acumulam a cada degrau da sua vida dizendo, no entanto, e primeiro, alguma coisa acerca da severidade e disciplina de nossos maiores na formação de seus filhos. [...] casada filho que se tinha nascido de mãe casta, era educado, não no quatinho de uma ama comprada, mas no seio e colo de sua mãe, cuja glória principal era a de governar a casa e servir a seus filhos. [...] escolhia-se uma parente algum tanto mais idosa, a cuja moral, experimentada e conhecida, se confiava toda a prole de uma mesma casa [...] regulava ela, com uma certa seriedade e pudor, não somente as ocupações e as obrigações, mas até os recreios e os brinquedos dos meninos [...] Agora, porém, a criança, quando nasce, é entregue a qualquer criadinha grega, à qual se juntam um ou dois dos escravos, quaisquer deles, na maior parte das vezes ordinaríssimos e impróprios para serviços sérios [...] não há ninguém em toda a casa que se preocupe com o que diz ou faz diante do menino seu senhor. Nem os próprios pais educam os pequeninos para a decência e a modéstia, mas sim pela ligeireza e a mordacidade e ai gradualmente se introduzem a impudência e o desprezo de si mesmo e dos outros. [...] nem os próprios professores tem com os seus ouvintes assuntos de conversa que prefiram a estes; atraem os discípulos [...] não pela experiência do talento, mas pela solicitude nos cumprimentos e pelas atrações da lisonja (Tac., Diálogo, XXVII-XXVIII).

A partir do trecho seguinte, Tácito evidencia as escolas, as quais no Império não mais trabalhavam com os antigos autores, nem tão pouco sobre a trajetória da antiguidade ou relação entre seu passado com seu “presente” posto que no período anterior (República), existiria no quotidiano dos oradores um tempo para dedicação a meditação e aos exercícios. Um grande exemplo desse engenho foi Cícero, que segundo a fonte, tinha conhecimento desde a geometria a música, da gramática as artes liberais, da dialética a utilidade da moral bem como dos movimentos da natureza e de suas causas.

Não se trabalha bastante nem no conhecimento dos autores, nem em percorrer a antiguidade, nem em travar contacto com as coisas, os homens e



os tempos. [...] aqueles oradores cujo espírito trabalham, cotidiana, meditação e assíduos exercícios em todo o gênero de disciplinas encontramos nos seus próprios livros. [...] Cícero [...] é dessa enorme erudição, é desses numerosos conhecimentos, é dessa sabedoria de todas as coisas que mana e flui aquela sua admirável eloquência não se encerram, como outras coisas, em estreitos e breves limites mas é orador aquele que pode falar de qualquer tema com pulcritude, com elegância, de forma persuasiva e segundo a dignidade do assunto, a oportunidade da intervenção e o gosto dos ouvintes. (Tac., Diálogo, XXX).

A partir do exemplo acima podemos observar a erudição que Cícero adquiriu ao longo de sua trajetória. Esta pode ser percebida mediante a leitura de suas obras, e, seus conhecimentos que o auxiliaram para construir sua produção e argumentação conferindo-lhe o título de um dos mais célebres oradores que Roma já possuiu.

Messala então no próximo discurso afirma que os antigos pretendiam ir além do declamar em escolas. Exercitavam-se na língua e na voz das controvérsias, mas, o principal intuito seria “alimentar o espírito com as disciplinas em que se discute do bem e do mal, do honesto e do vergonhoso, do justo e do injusto; efectivamente, é desta maneira que o orador disporá para falar” (Tac., Diálogo, XXXI). Dessa forma, percebemos como os antigos buscavam o discernimento do “certo e errado” virtudes que os *mores* romanos tinham como ideal. Nesse mesmo excerto continua:

[...] se não conhecer a natureza humana, o vigor das virtudes, a depravação dos vícios e o entender daquelas coisas que se não podem enumerar entre as virtudes e vícios. [...] o orador versado nestes conhecimentos e nestes exercícios dominará as veias do espírito (Tac., Diálogo, XXXI).

De extrema importância observar não somente as técnicas, mas a sensibilidade que o orador deveria possuir ao ler a “alma”. Tal capacidade poderia, da maneira certa, intervir na decisão da platéia e do juiz, pois cada situação diferente que o fórum lhe apresentasse, o orador necessitaria utilizar discursos diversos a fim de obter o convencimento, obtido na interpretação do direito civil.

No Diálogo posterior, existe uma comparação ferrenha sobre os antigos oradores e os do período imperial, no primeiro caso, buscava-se o conhecimento de muitas matérias para que se abrihantasse o discurso. Essa atribuição poderia ser

conferida aos oradores que saindo do foro estariam armados de “todos” os conhecimentos. Em contrapartida, já no Principado, o autor demonstra a existência de um discurso vazio, vergonhoso, cheio de vícios de linguagem, e desprovidos de eloquência, em que reduziam o engenho a poucas frases amputando esse ofício, transformando-o em desonroso.

O próprio saber de muitas matérias nos dá brilho, mesmo quando tratamos de outras coisas [...] nem sequer escoimam os feios e vergonhosos vícios da linguagem cotidiana, ignoram as leis, não observam os senatus-consultos [...] Reduzem a eloquência a pouquíssimas frases e conceitos sem largueza [...] agora, cortada e amputada, sem aparato, sem honra, e, quase diria, sem liberdade, se aprende como se fosse ofício dos mais baixos. [...] Acho eu, portanto, que foi esta a primeira e principal causa pela qual degeneramos tanto da eloquência dos antigos oradores [...] há outras causas importantes e graves, que vos será conveniente expor, visto que já cumpri. (Tac., Diálogo, XXXII).

Nesta mesma parte da obra, o autor revela também a falta de liberdade que a oratória sofreu em comparação ao outro recorte histórico. Desta maneira, percebemos que o emprego dessa insatisfação foi incluído no meio de tantos outros quesitos negativos, ocupando apenas mais um critério diferenciador dos contextos. O medo de retaliação era uma das principais causas da não utilização da temática da discordância com o governo, mas Tácito, através do Diálogo, aborda este delicado tema de forma implícita, expressando sua opinião acerca da situação política do período (não discorrendo realmente de onde proveria essa carência de liberdade).

O Diálogo passa então para a formação do orador no sentido dos exercícios, pois, segundo Materno, a prática é inerente ao saber. Nesse contexto, também é feita uma comparação entre períodos, em que durante a República, o pai ou parente levava o aluno ao orador, o que na época, ocupava o primeiro lugar dentro de Roma, ou seja, o de maior prestígio. Na companhia de seu mestre, este sempre observava, acompanhando-o e seguindo-o de forma a assistir seus discursos por onde fosse, a fim de aprender “combatendo na própria luta” (Tac., Diálogo XXXIV). É possível perceber que a observação caminhava ao encontro da formação prática, sendo esta fundamental para um futuro orador republicano.

Entre os nossos maiores, o jovem que se preparava para o foro e para a eloquência, já imbuído da disciplina doméstica e sustentado por estudos sérios, era levado pelos parentes ao orador que ocupava na Cidade o primeiro lugar [...] nos tribunais [...] assembléias [...] debates e discussões e, por assim dizer, aprendia a combater na própria luta [...] grande prática, muita firmeza e o máximo de crítica (...). Não lhes faltavam assim nem professor, o melhor, o mais escolhido, que lhes mostrava o rosto da eloquência. (Tac., Diálogo, XXXIV).

Prontamente no Diálogo posterior, é traçado como funcionava a educação no Império: o estudante não era mais levado a um orador e sim a uma escola, na qual aprenderia com um *rhetor*. A instituição escolar, sofreu na fase de sua implementação muitas críticas, principalmente na forma de abordagem do ensino da oratória. Prova dessa afirmação foi o fechamento das escolas voltadas para essa atividade no governo de Crasso.

Agora, porém, são levados os nossos adolescentes às escolas desses a que chamam rétores [...] ter sido ordenado pelos censores Crasso e Domício que fechassem, como diz Cícero, a escola de imprudência [...] os próprios exercícios são, na maior parte, contraproducentes. [...] duas espécies se assuntos se tratam perante os rétores: os suasórios, porque realmente mais leves e exigindo menos responsabilidade, se entregam aos meninos, as controvérsias se atribuem aos mais fortes [...] a declamação a assunto já bem afastado da verdade . (Tac., Diálogo, XXXV).

Nesta discussão, percebemos que o trecho aborda como seria o ambiente escolar, ou seja, aquele desprovido de respeito algum no local, e, os exercícios trabalhados dentro dessa instituição seriam leves ou fora da realidade, assim não possibilitava a mesma formação do período posterior. Este Diálogo ao seu final apresenta uma lacuna e o início do próximo também.

No Diálogo XXXVI, Materno elenca que as situações dos períodos eram diferentes na forma de se educar, e que por mais que os alunos continuassem seguindo os oradores como método de ensino-aprendizagem, a arte “reclinara” em número de discussões. Prova disso seria o período republicano ser conturbado pelas guerras civis e sem a presença de um “chefe”. Neste contexto os oradores poderiam persuadir com seus pensamentos os rumos políticos da Cidade. Concluindo dessa forma que Roma estava com o “povo sem rumo”, pois a cada eloquente que convencesse os demais, teria em tese, suas moções aprovadas.

Não se podia dizer nada que fosse rasteiro e abjecto [...] embora os oradores desta época tenham conseguido aquilo que é lícito dar-se quando está a república sossegada, calma, feliz, todavia parece que obtinham os outros mais com aquela perturbação e aquela desordem, porque, confundido tudo e sem um chefe único, só o que cada orador valia persuadir a um povo sem rumo. [...] se é verdade que tudo isso perturbava a república, dava, no entanto, campo a eloquência daqueles tempos e parecia cumular de grandes recompensas, visto que quanto mais alguém se tornava poderoso em palavras, tanto mais facilmente obtinha honras [...] tanto maior favor conseguia junto dos chefes [...] mas se tinha que defender com talento e eloquência o voto dado [...] mesmo modo por que o orador era considerado belo e glorioso, considerava-se o mudo, o incapaz de falar como disforme (Tac., Diálogo XXXVI).

Desta forma, Materno pretendeu destacar o poder de convencimento das palavras, de igual modo, ressaltou como esses obtinham honras através desse engenho, podendo até, em certo grau, através de sua eloquência aumentar o número de clientes que possuíam.

Segundo o próximo excerto, os oradores eram motivados em grande parte pelas recompensas e orgulho providos dessa arte. Afirma também que existiria maior magnificência dos réus, grandeza nas causas, e que os oradores deste período, por serem tão profícuos, conseguiram debater os “mandos” da Cidade mesmo em meio a terríveis crises político-sociais e econômicas. Porém, no final do trecho, este deixa claro que os atributos adquiridos não seriam melhores do que a estabilidade que o período trouxe consigo, terminando sua fala reafirmando que em momentos mais agitados a eloquência floresce de forma maior. Deixando claro que a política conturbada provocava discussões, mas, mesmo em um período de “*pax romana*”, um sistema sempre acabaria por gerar discussões, pois haveria discórdias. O que nos resta inferir é o medo ocasionado por essa nova forma de governo que faria os oradores calarem-se perante a tais situações que seriam debatidas longamente durante a República.

Estimulados, tanto pelas recompensas como pelo orgulho [...] Acrescentava-se a isto a magnificência dos réus e a grandeza das causas, coisas que, por si mesmas, em muito favorecem a eloquência [...] não por ter sido útil à república produzir maus cidadãos, a fim de que tivessem os oradores farta matéria, mas, como sempre advirto, porque nos devemos lembrar do problema e sabermos que falamos daquilo que mais facilmente surge em tempos inquietos e perturbados (Tac., Diálogo, XXXVII).

O Diálogo XXXVIII- XXIX fornece um panorama de como eram administrados os tribunais, proferindo que os advogados, em grande quantidade, disporiam de dias para discorrer sobre um assunto. Já a partir do governo de Cn. Pompeio, em seu terceiro consulado, existiu uma normatização que os debates se resumiriam a poucas horas. Essa medida representou um entrave para a eloquência bem como a ausência de público se tornou uma característica ruim aos eloqüentes, pois, segundo Materno, o orador necessita de clamor, aplauso e de certo modo de teatro, pois o povo excitava os ânimos fazendo que a erudição se elevasse, e este hábito foi, lhes tirado.

Já se encaminhando para o término da obra, existem três aspectos importantes na parte XXL da fonte em que trata sobre o direito de se “atacar” uma pessoa através do discurso, da liberdade relacionada a eloquência e por último de uma reflexão da República.

Concedido um poderosíssimo direito de atacar fosse quem fosse [...] quanto ardor dava tudo isto aos talentos, quanto fogo aos oradores (LACUNA) essa grande e notável eloquência alimenta-se da licença, a que chamam os tolos liberdade, é companheira das sedições, incitamento do povo desenfreado, sem respeito e sem obediência, contumaz, temperaria, arrogante, e que não surgem nas colectividades bem organizadas [...] povo que tenha sido contido por um governo estável, sabemos de eloquência [...] Também a nossa Cidade, enquanto se arruinou com partidos, dissensões e discórdias, enquanto não houve paz alguma no foro, concórdia alguma no Senado, moderação alguma nos tribunais, respeito alguma nos tribunais, respeito algum pelos superiores, barreira alguma aos magistrados, produziu sem dúvida uma eloquência mais forte, exactamente como um campo inculto têm mais vigorosas plantas. (Tac., Diálogo, XL).

Nesta primeira parte, o Diálogo relata: “os contínuos discursos da assembléia, o ser concedido um poderosíssimo direito de atacar fosse quem fosse”, a partir dessa frase poderíamos induzir sem uma leitura crítica mediante a todo contexto, a existência de uma representação da República de forma desarranjada, em que as ofensas seriam tidas como normais. Em uma segunda análise, este trecho revela a sutileza de que no período anterior não existiriam pessoas cujo alvo seria inapropriado, ou seja, no Império haveria limitações a quem proferir determinadas críticas.

O segundo aspecto do trecho está relacionado ao aumento da eloquência em virtude da liberdade, pois, segundo Materno, quando se possui maior autonomia, maior também o grau de contestação. Por último, fica evidente na fonte que “nações” de governos estáveis (citado como exemplo os Persas de governo autocrático), não florescem na eloquência e sim nas leis, o que demonstra a existência de uma liberdade restringida. Dando prosseguimento a este pensamento, no aspecto que a República seria conturbada, visto as lutas entre partidos, brigas, discórdias, etc. o autor deixa claro que enquanto não houvesse “*pax*”, a eloquência continuaria a florescer, pois sua motivação seria os contrapontos, ou posições diferenciadas que podem existir sobre uma questão.

No derradeiro trecho da obra referido a educação e/ou política, podemos contemplar perguntas reflexivas do autor na fala de Materno na qual induz o leitor que a eloquência não se faz de extrema importância em seus contextos, visto que a maior autoridade que delibera as ações seria sábia e complacente, por isso a não necessidade de defensores, vide a bondade do governante.

Naqueles povos que desfrutam de mais firme saúde e de mais salubres corpos, assim é menor e mais obscura a fama destes oradores entre quem tem melhores costumes [...] para que ir acusar, quando os crimes são tão raros e insignificantes? Para que as defesas apaixonadas e além dos limites, quando a clemência de quem decide vai ao encontro dos réus? [...] algum deus que de repente vos mudasse as vidas e a época, nem a vós faltariam aquela suma glória e fama na eloquência, nem a eles moderação e temperança; ora, como ninguém pode conseguir, ao mesmo tempo, fama e grande tranquilidade, gose cada qual do que há de bom em sua época e não critique as outras. (Tac., Diálogo, XLI).

Neste excerto podemos perceber a exaltação aos imperadores, confirmando o que Silveira referendou de Tácito ser o “favorito dos César” (1970, p. VII), entretanto, a partir de outras fontes, tais como Suetônio, podemos observar como os governos Julio-claudianos não eram tão “amáveis” e que o Senado concordava mais por medo do que por “amor”, caso contrário não teriam optado por tal escolha, como podemos observar na citação a baixo:

Descreverei aqui o que se conhece, mais ou menos, a respeito da conspiração e do assassinato. Os conjurados não sabiam nem quando, nem mesmo como o atacariam: se na mesa ou no banho [...] À hora

marcada, escondeu nas ataduras um punhal. Anunciando que conhecia indícios de uma conspiração, conseguiu introduzir-se e varou Domiciano na virilha. [...] Todavia, os soldados, com indignação, se esforçaram logo para dar-lhe o título de Divino [...] O Senado, ao contrário, ficou de forma tão alegre que não pôde impedir que se lacerasse a reputação do morto com um gênero de aclamação tão ultrajante como cruel. Mandou até mesmo que fossem buscar escadas para despregar os escudos e as imagens do imperador, os quais se partiram quando caíam ao solo. Por fim, decretou que as inscrições seriam apagadas por toda a parte e sua memória totalmente abolida. (2006, p. 430-431).

Através desse exemplo percebemos a relação que tratamos ao longo do capítulo. Muitas vezes a aristocracia apoiava o imperador por medo, mas quando a morte deste ocorria isto poderia ser motivo de festa. Deste modo, podemos constatar como alguns autores da época, ao retratarem um dado momento, poderiam inferir conclusões díspares da realidade em que viviam.

Assim sendo, o Diálogo aponta algumas causas a respeito da transformação da eloquência, sendo que o autor enumera: desvirtuamento da moral e dos costumes dentro da sociedade romana; intercâmbio de valores da *romanitas* com os demais povos conquistados e das províncias e da influência helênica na formação educacional (como por exemplo, ser delegado a escravos gregos a educação dos filhos dos romanos). Uma segunda constatação é a política dos imperadores que transformou a postura dos romanos até mesmo dentro dos fóruns de forma mais contida bem como às práticas de não posicionamento político por deveras causas como medo de sofrer retaliações provam a nova postura destes.

Enfim, a obra pode ser analisada sob vários aspectos, desde uma literatura do século I d.C., como documento histórico em que podemos observar características inerentes daquela sociedade, principalmente identificar questões de ordem política, religiosa, ideológica, econômica e é claro como a educação sofreu transformações com contextos históricos diferentes.

## **4 COMPREENDENDO CONTEXTO(S) HISTÓRICO(S) NA OBRA DIÁLOGO DOS ORADORES**

Neste terceiro capítulo, pretendemos alcançar uma singela compreensão de um momento singular da história romana, a transição da República para o Império através da fonte Diálogo dos Oradores do historiador romano Públio Cornélio Tácito. A respeito deste momento, buscaremos analisar uma conjuntura política das mudanças de governo que se refletiam de forma a influenciar setores como o educacional durante o período do século I d.C em Roma.

### **4.1 O Período Republicano e Imperial: Aspectos políticos que possibilitam uma transformação educacional.**

A obra Diálogo dos Oradores, como muitos outros documentos/fontes, auxilia o pesquisador nos estudos de um recorte histórico muito importante, a transição da República para o Principado. Por meio do “Diálogo”, Tácito tece comparações entre os períodos, deixando críticas relevantes tanto para o contexto em que esteve submerso como durante o republicano. Entretanto a história romana, não possui sua gênese no período da República, esta civilização teve seu início político com o desenvolvimento de instituições que visavam beneficiar a comunidade (cidadãos). Neste primeiro regime foi instaurada a Monarquia,<sup>29</sup> a qual foi suplantada quando os cidadãos privilegiados (ligados à descendência dos fundadores da pátria) uniram-se e provocaram uma revolta que fez sucumbir o antigo sistema, inaugurando a República. Contudo, em nenhuma destas fases, como durante o Império, Roma

---

<sup>29</sup> Conhecido como Monarquia ou Realeza, este período possui sua história sacramentada a partir de uma lenda, essa remete seu início ao século VIII a.C. com os irmãos Rômulo e Reno sendo seus protagonistas, eles segundo esta versão, eram filhos da princesa latina Réia Silvia e do deus Marte. Este mito de fundação predominou no imaginário dos romanos por muito tempo, gerando nestes o pensamento de serem predestinados a um destino glorioso, pois seriam “descendentes” do Olimpo. Nesta versão da história, Rômulo após matar seu irmão, tornou-se o primeiro rei de Roma seguido por mais governadores monárquicos, três de origem latina (Numa Pompílio, Túlio Hostílio e Anco Márcio) e três etruscos (Tarquínio Prisco, Sérvio Túlio e Tarquínio Soberbo) (FLORENZANO, 1982, p. 57-61).



conseguiu atingir a democracia<sup>30</sup> no sentido moderno da palavra, permanecendo no controle político-administrativo a aristocracia local (FLORENZANO, 92, p. 56).

Conforme a arqueologia e epigrafia, a República teve seu início por volta do final do século VI e início V a.C., por meio do antigo colegiado que estabeleceu um governo próprio, o Senado, que era presidido por um *Zilax* ou *pretor* máximo (MENDES, 1988). Através dessa instituição, foi firmada uma rede de poder político baseada nas *gens*<sup>31</sup> e *famílias*<sup>32</sup> que já se encontravam presentes desde a Monarquia, e foi por intermédio desses grupos que as regras para se tornar senador (maior cargo político durante a República) se estabeleceram, as quais obedeciam certos critérios a fim de que poucos pudesse alcançar tal patamar. A regra básica para ser senador era ser um *pater família* ou receber indicação por um desses, ou seja, somente determinados estratos da população poderiam ter acesso a cargos elevados políticos.

Durante a República se fez necessário atribuir diferentes cargos para gerir a Cidade, estas tarefas foram divididas através do sistema de magistraturas que eram concedidas anualmente pelos senadores, estas por sua vez, elencavam outros indivíduos para serem encarregadas por outras atividades. As magistraturas mais

---

<sup>30</sup>“Democracia é uma forma de governo que tem como característica básica a escolha dos governantes pelo povo. A democracia moderna nasceu na Europa do século XVIII, em oposição ao Absolutismo então vigente. Mas não estamos tratando de um conceito estático. Nesse sentido, o Estado Moderno não tem o mesmo projeto democrático da *pólis* grega do século V. a.C. Sob certos aspectos, a *pólis* era amplamente mais democrática que o Estado Moderno, pela simples razão de que a democracia ateniense era direta, ou seja, um corpo de cidadãos reunidos em praça pública decidia diretamente acerca dos assuntos relativos ao Estado. [...] Segundo Denis L. Rosenfield, a democracia grega era sobretudo um valor ligado à noção de liberdade política, ao “bem viver”, isto é, ao viver de acordo com uma comunidade virtuosa e justa. E nela existia um efetivo interesse e respeito pela coisa pública, pela troca de opiniões, pelo debate e pela ação política assentados em valores pertencentes a todos. Lembremos, entretanto, que cidadãos eram apenas os homens gregos e livres, e só eles tinham direito a essa democracia” (SILVA, 2009, p. 89) ou seja, nem todos comungavam dessa escolha de políticos, apenas alguns eleitos.

<sup>31</sup> “*gens* [...] grupo de pessoas que reconhecem ter um antepassado em comum. As *gens* tinha seus túmulos domésticos e cultos particulares; e todas elas se reuniam para tomar decisões coletivas. [...] toda *gens* possuía determinado número de clientes. ‘A clientela era um vínculo moral fundamentado na Boa Fé (*Fides*) e garantia ao cliente, em troca de obediência, completa proteção dispensada pelo patrono’ (Heurgon, p.193) O cliente contava com o atendimento do seu patrono perante os tribunais e muitas vezes recebia do cliente sustento. O patrono, em troca recebia do cliente auxílio militar, político, judicial e muitas vezes financeiro. [...] as famílias da aristocracia rodeavam-se de uma enorme clientela, que lhes proporcionava prestígio, poder pessoal e em muitos ocasiões força militar.” (FLORENZANO, 1982, p. 60)

<sup>32</sup> “A família, por outro lado, afirma-se como célula social básica a partir da *gens* e em seu detrimento. Ela era uma subdivisão da *gens* que abrangia tudo aquilo que se encontrava sob o domínio do *pater famílias* (pai da família): filhos, escravos e bens móveis. O grupo de parentesco é mais restrito, não vai além do bisavô e em linha colateral termina nos parentes de sexto grau” (FLORENZANO, 1982, p. 61).

importantes seriam os cônsules, que detinham o poder militar e civil, depois destes permaneciam os “*questores* (tesoureiros), *edis* (cuidavam dos edifícios, esgoto), *pretores* (justiça), *censores* (revisores da lista de senadores e controladores de contatos) e o pontífice máximo (chefe dos sacerdotes)” (FUNARI, 2009, p. 84-85). Outro cargo relevante era o de tribuno da plebe (possuía o direito de vetar as decisões do Senado e dos magistrados), estes eram escolhidos em assembléia pelos cidadãos romanos que podiam ser ex-escravos alforriados, filhos de libertos, nascidos livres, aliados aos quais o Estado concedia a cidadania<sup>33</sup>.

Os cidadãos eram agrupados de acordo com o censo, e dividiam-se em camadas, esta classificação dependeria de algumas condições como ser: “pai/filho; pube/impúbere; patrono/cliente; cidadão/peregrino; credor/devedor; amo/escravo; homens;/mulheres”, desta forma, o melhor cidadão romano era o “soldado, eleitor, candidato, contribuinte, de acordo com a posição no censo” (MENDES, 2009, p.98). Podemos desta forma, dentro desta categorização inserir Tácito como advindo de uma família com recursos financeiros (*equestres*) que pôde traçar seu *cursus honorum* alcançando as mais altas magistraturas, tornando-se senador.

Estas magistraturas eram etapas dentro da carreira pública (*cursus honorum*), que Tácito percorreu, bem como a ordem senatorial também o fazia. Esta trajetória iniciava-se quando o jovem a partir dos dezoito a vinte anos começaria seu percurso dentro do colégio dos magistrados, onde era responsável pela manutenção das ruas, policiamento e cunhagem de moedas, após determinado período era conduzido a uma província como comandante militar. Aos vinte e cinco anos poderia se tornar *questor* ou um dos dez tribunos da plebe. Aos trinta, teria a idade para se candidatar a *pretor*, depois a *prôconsul*, governador de província e aos quarenta anos disputaria o cargo de *cônsul ordinarius suffectus*<sup>34</sup> (CAMPOS, 2013).

---

<sup>33</sup> “A respeito das eleições muitos Cidadãos “viviam longe da cidade e não dispunham de recursos, ou mesmo não podiam abandonar suas tarefas para dirigir-se à cidade. O cidadão não tinha a iniciativa de propor candidatos para os cargos públicos, nem de introduzir projetos de lei ou levantar sugestões. Não havia debate e nem ementas às questões que eram apresentadas. O voto era oral e binário. O cidadão, apenas, votava num candidato previamente indicado pelo magistrado responsável pela convocação da Assembléia ou para provar um projeto de lei” (MENDES, 2009, p. 96).

<sup>34</sup> “Em 5 a.C., Augusto modificou o tradicional par de cônsules anualmente escolhido pelo hábito de substituí-los por outros, em intervalos variados, o que possivelmente atenuou a agressividade na disputa pelos cargos, e o fato de que o Imperador frequentemente ocupava este posto; já no governo de Tibério é provável que o consulado fosse uma concessão do *princeps*, dando à quantidade de cônsules designados que assumiam o cargo do ano” (CAMPOS, 2013, p. 64-65).

Apesar da concentração das ordens estar sob o cargo dos senadores, o poder do *imperium* necessitava ser transferido na troca de sistema, pois esta autoridade durante a realeza permanecia concentrada nas mãos do monarca. Desta maneira, na República, os responsáveis desta atribuição eram os cônsules investidos através da lei votada na Assembléia *Curiata* (Lei *Curiata* de Império), cuja força poderia fazer os eleitos “consultar os auspícios, comandar o exército, ordenar o recrutamento militar, estabelecer os impostos e emitir editos”, ou seja, estes teriam um poder coercivo, civil, jurídico e militar, mas, para que estas forças não infringissem a *res publica*, em 501 d.C. foi estabelecida a ditadura que seria um regime estabelecido por no máximo seis meses em caso de graves crises e guerras (MENDES, 1988, p. 12).

A respeito destas constantes e graves crises durante a República, historiadores como Ronald Syme (1939), com a obra *The Roman Revolution* e Theodor Mommsen (1962), através de “História de Roma”, classificam este período como sendo a época das “revoluções”. Alföldy (1958, p. 82-83) por sua vez, considera esse momento como sendo de “crise política e social da República, que se manifestou em conflitos declarados e violentos”: lutas de escravos, resistência dos habitantes das províncias contra o domínio romano, querelas entre itálicos contra romanos e os conflitos entre os cidadãos romanos, representaram grandes agitações em andamento. Tácito em sua obra: retrata a Cidade andando sem rumo, arruinada com as disputas e discórdias políticas não havendo paz nos fóruns e é através dessas discórdias acaloradas que a eloquência se tornou mais forte, pois os debates eram amplos sobre da situação que presenciavam (Tac., Diálogo, XL).

Partindo ainda no viés político, um fato importante para compreendermos o momento republicano e imperial seria a institucionalização da clientela para fins eleitorais, e caso necessário, o auxílio armado para defesa do patrono. Podemos observar esta mudança na relação patrono-cliente que, nos primeiros tempos, era baseada em laços de fidelidade relacionados a economia, já com esta transformação, buscava-se no cliente uma lealdade eleitoral para angariar mais votos aos seus patronos. Este sistema de confiança patrono-cliente se mostra de suma importância para que no Império entendamos como o *princeps* relacionava-se

com os demais, criando laços de lealdade e fidelidade com estes<sup>35</sup> (CARDOSO, 1987, p. 66).

Com o advento do Império trouxe consigo uma figura que se tornaria o centro das decisões políticas do Estado, a partir daquela nova conjectura. O *princeps*<sup>36</sup>, que foi legitimado por um conjunto de valores simbólicos e morais, nos quais o próprio Senado o investiu de poderes ilimitados, pois tanto esta instituição como o povo romano estava “satisfeito/aliviado” com o fim das guerras civis. Otaviano tornou-se o primeiro imperador romano e conseguiu restaurar e manter uma relativa “paz”. Ainda em seu governo, conseguiu aprovar medidas como chefe do Estado sem qualquer contestação, pois seu poder era baseado principalmente pelo comando das forças armadas do exército. Dentre suas ações expulsou 190 membros do Senado<sup>37</sup>, restaurou a capital e em 27 a.C. abriu mão de seus poderes afirmando que seu trabalho havia sido concluído e poderia restaurar a República devolvendo o poder aos senadores. Com este “estratagema”, o Senado com receio de que as crises voltassem, acabou por conferir poderes militares e administrativos de grande magnitude, fazendo com que Augusto<sup>38</sup> se tornasse chefe do Senado e Primeiro Cidadão ou *princeps*, desta forma o Principado foi inaugurado (ROSTOVTZEFF 1973, p. 162-166).

---

<sup>35</sup> Era costume entre os imperadores ceder auxílios e benefícios a membros da aristocracia, das províncias e da plebe. Segundo Campos “a concessão de auxílios e benefícios pelo Imperador pode ser dividida em duas categorias principais: a *liberalitas*, a generosidade privada constituída pelos oferecimentos de auxílio a membros da aristocracia, e a *munificentia*, que é o oferecimento de dinheiro à comunidade dos cidadãos romanos, advindos do *erário* público ou das próprias riquezas do Imperador. As passagens extraídas estão presentes na narrativa de Tácito sobre o Principado de Tibério, que compõe seis dos doze livros que nos chegaram dos Anais, e infelizmente nos chegaram bastante fragmentadas.” (2008, p. 8).

<sup>36</sup> Segundo Veyne o imperador romano não era o mandatário da coletividade, mas o responsável para dirigir a República (2009, p. 1). O Príncipe, ainda segundo o mesmo, reinava não para sua glória como rei, mas pra glória romana (2009, p. 8).

<sup>37</sup> “A abdicação desses homens foi voluntária, embora sugerida por Otaviano aos considerados indignos. Eles haviam sido elevados do exército ao Senado, em parte admitidos por César, não pertenciam a classe senatorial e muitos só recentemente tinham recebido o direito de cidadania. O Senado voltou assim a representar a mais alta nobreza romana. [...] Com tal objetivo, instava para que todo cidadão casasse e tivesse família, e que o sangue desses novos cidadãos fosse puramente italiano (ROSTOVTZEFF, 1973, p. 163).

<sup>38</sup> “Era hábito em Roma acrescentar *Octavianus* ao seu nome de Caio Júlio César e chamá-lo de forma resumida [...] Conservou porém o nome de César por ter herdado deste o direito de comandar o exército e que servia ainda para ressaltar outro aspecto de sua ligação com ele. César fora divinizado após a morte, e seu sucessor chamava-se ‘filho de César divinizado’. Seu nome habitual, portanto era seguinte: *Imperator Caesar Divi filius*. Mas, embora conservando seus poderes extraordinárias e seu título revolucionário, preferiu exercer o cargo de cônsul, para qual foi eleito anualmente após 31 a.C., juntamente com o qual foi eleito anualmente após 31 a.C., juntamente com um colega. (ROSTOVTZEFF 1973, p. 163).

Mas como é de conhecimento dos historiadores, discorrer a respeito do Império romano, consiste em dialogar com as conquistas territoriais destes, sua expansão pôde proporcionar, garantir e referendar sua hegemonia<sup>39</sup> por todo *mare nostrum* através de acordos políticos ou guerras. A primeira dessas conquistas foi através da Liga Latina, em que Roma consegue autoridade para tomar as principais decisões na região do Lácio (por volta de 493 a.C.) através do Tratado Cassiano. Seu segundo passo foi a Campânia e posteriormente a Itália meridional conquistando em 272 a.C. todas as antigas colônias gregas dominando a Península Itálica, e no decorrer do Império a zona mediterrânica estava sob seu domínio sendo que estas conquistas continuaram por todo seu percurso com seu auge atingido desde a “Grã Bretanha ao Eufrates, do mar do norte ao Egito” (FUNARI, 2009, p. 77). Através desses intercâmbios culturais, Roma principalmente com o contato dos gregos agregou diferentes valores aos seus *mores* interferindo principalmente na forma educacional, em que o modelo grego foi adotado nas suas escolas e os principais preceptores eram estrangeiros desta localização geográfica.

Sobre estas conquistas, podemos, através da leitura de Veyne, constatar que o príncipe não era somente um homem poderoso sob o mundo antigo que “dominava”. Este possuía um poder absoluto que não necessitava de aprovação de outros setores ou grupos para legitimar suas decisões através do poder do *imperium*, sendo que, ao mesmo tempo era o senhor dos cultos públicos como do direito pontifício podendo tornar suas decisões legais de acordo com seus critérios deliberando sobre todos os setores. A respeito desta abrangência que possuía para governar, uma autoridade é peculiar, esta seria a de ordenar sobre a vida e morte inclusive dos senadores sem que fosse necessário um julgamento (VEYNE, 2009, p. 11-12). Desta maneira, podemos perceber o medo que a classe senatorial poderia possuir, inclusive os oradores, que eram questionadores políticos por natureza, assim sendo, como o debate poderia ser fecundo ou profundo com inquietações que estes poderiam ser condenados a morte? Este, poderia ser, um dos motivos mais fortes para as escolas romanas apenas educarem por intermédio de assuntos fictícios ou de já não haver tantas querelas nos fóruns.

---

<sup>39</sup> “Cabe lembrar que Roma foi levada, inicialmente, à conquista por necessidades vitais (defesa nacional, obtenção de terras, manutenção de pontos comerciais e estratégicos importantes, interesses da aristocracia pelos recursos viciais) e, também por mecanismos ideológicos, tais como o patriotismo e a necessidade de glória militar, indispensável para a obtenção da dignidade e da autoridade” (MENDES, 1988, p. 42)

Desta forma, a partir destes dois momentos de junções e rupturas desde a formação ou transformações desta sociedade ao longo de seu percurso na antiguidade, podemos através da fonte pesquisada, identificar como o próprio historiador percebia que o sistema político convergia para diminuição de “embates” políticos. No Principado, a repressão exercia coerção, inclusive e principalmente nos oradores, que deveriam ser os principais debatedores políticos. Ao mesmo tempo, averiguamos que esta aristocracia não era de todo “passiva” aos mandos e desmandos de um soberano, podemos analisar que entre o Príncipe e o Senado havia uma relação em que o segundo conferia ao primeiro o direito de governar, assim como este entregava altas funções a esta aristocracia, que de alguma forma se adaptou aos novos tempos do Império, sem numerosas guerras civis, mas com uma estabilidade moderada (VEYNE, 2009, p. 12).

## 4.2 Análise dos Aspectos Republicanos e Imperiais no íterim da obra *Diálogo dos Oradores*

Como proposto, o objetivo deste sub-capítulo será retratar os pontos da fonte em que o sistema republicano e imperial estaria presente. Para tanto, faremos um mapeamento das partes as quais o autor se debruça para explicar estes períodos seja de forma explícita seja através de metáforas as quais serão indicadas nos trechos subsequentes.

Para compreensão da obra, se faz necessário o conhecimento de alguns personagens que tangenciam esta fonte, são eles:

Justo Fábio<sup>40</sup>: “responsável” pelo surgimento da obra, pois teria perguntado a Tácito sobre o possível declínio da oratória, e este diz que irá responder mediante a um *Diálogo* que teria ouvido quando jovem.

Curiácio Materno<sup>41</sup>: Poeta e dramaturgo romano, no *Diálogo* defende a poesia com afinco.

Marco Apro: orador e advogado. Ao longo da narrativa advoga em favor da oratória tentando convencer Materno a se dedicar somente a este ofício.

Julio Segundo<sup>42</sup>: escritor romano

Vipstano Messala: orador romano e defensor dos “antigos” oradores.

---

<sup>40</sup> “Foi cônsul no ano de 864 de Roma. No primeiro livro das epístolas de Plínio a 11<sup>a</sup>, e no livro 7<sup>a</sup> a são dirigidas a Justo Fábio. Daqui deduzem algumas probabilidades para que seja Tácito o *Diálogo*, por ser de presumir que fossem amigos comuns homens tão eminentes; outros deduzem o contrário, por isso que nas citadas epístolas não fazem a mínima alusão a obra.” (ALMEIDA & LACERDA, 1852, p. 8).

<sup>41</sup> “Não consta quem tenha sido este [...] uns querem que fosse poeta notável: outros inclinam-se a crer que fora um sofista, o qual Domiciano fez morrer por causa de uma declamação, que publicara contra os tyranos.” (ALMEIDA & LACERDA, 1852, p. 8).

<sup>42</sup> “Julio Secundo é comemorado honrosamente por Quintiliano. Se prematura morte ‘não arrebatasse J. Secundo (diz Quintiliano), teria sido orador da primeira plana. Acrescentaria, como procurado acrescentar, aos demais dotes o que lhe talvez lhe faltava, isto é- sem mais argumentador- e atender com maior frequência antes as coisas do que as palavras. Contudo, posto que o falecido tão cedo, tem direito a um lograr honroso. Tanto é facundo, e tanta graça tem explicar-se, tão puro e mimoso é o seu estilo, tanta é a propriedade dos termos, até dos metaphóricos, e tão grande a energia de certas palavras que não duvida aventurar’ Quintiliano” (ALMEIDA & LACERDA, 1852, p. 8).

No Diálogo dos Oradores, logo ao iniciar a obra, Tácito elenca a possível interrogação de Justo Fábio a respeito da falta de oradores no Principado (Tac. Dial., I). Nesta indagação percebemos como os autores do Principado valorizavam os oradores republicanos, sendo estes modelos a serem seguidos. Tácito continua relatando a interrogação de Fábio tecendo um contraponto dos oradores dos dois contextos em que, segundo seu relato, os representantes da categoria imperial nem mesmo eram chamados de oradores, mas de advogados ou defensores.

a nossa época, realmente, como que abandonada, como que órfão da glória da eloquência, mal conserva o próprio nome de orador; já assim não chamamos senão aos antigos, e, aos eloqüentes de nossos tempos, os tratamos de causídicos, de advogados, de defensores, de preferência e oradores (Tac., Diálogo I).

Desta forma, a partir dessa indagação surgiu a obra, a fim de debater este ofício nos quais as principais querelas seriam se havia uma diferença de qualidade entre os oradores antigos e “novos” e se existiu uma degeneração do modelo educacional romano bem como traça um perfil destes eloquentes.

Ao final do primeiro Diálogo, Tácito finaliza relatando que apesar da oposição de muitos, irá debater a respeito da eloquência dos “antigos” mediante ao talento dos “atuais”, ou seja, colocará em questão se os republicanos eram melhores oradores do que aqueles do Principado. Já no segundo Diálogo, o autor mostra ao leitor a importância de Marco Apro e Júlio Segundo que eram talentos celebrados nos tribunais e que até mesmo ele, já os teria ouvido atentamente nas audiências seguindo-os por onde fossem, assim sendo, podemos concluir como a observação dos oradores era uma prática decorrente ainda no Império, não somente na República.

No terceiro Diálogo, Tácito apresenta duas figuras centrais as quais iniciam suas falas através da pergunta de Apro à Materno que seria: “quando te chamam ao tribunal tantas causas de amigos e tanta clientela de colônias e municípios, e mal chegarias para tudo isso, mesmo que não tivesse tu próprio tomado sobre ti um novo encargo” (Tac., Diálogo, III). A partir desta colocação, podemos inferir uma das principais atribuições dos oradores no Principado, que seria como atuantes como



defensores nos tribunais, principalmente com ênfase a pessoas próximas como amigos e clientes.

No quarto Diálogo, observamos que Apro incita um embate no qual um juiz (Saleio Basso) definirá se Materno deverá ou não praticar seus versos de forma livre ou se voltará aos tribunais como orador, este aceita o debate e concorda em lutar em defesa do ofício do poeta (Tac., Diálogo IV).

Apro no quinto diálogo, afirma que acusará Materno de ter abandonado sua tarefa, pois, “visto que, nascido para a eloquência viril e oratória [...] põe de lado a ocupação” (Tac., Dial, V), ou seja, inferimos que durante aquele período certas camadas sociais são predestinadas<sup>43</sup> a algumas tarefas e os mais afortunados a mais bela dessas como a prática da eloquência.

Ainda da quinta a sétima parte, Apro enumera os diversos atributos e aspectos positivos que o eloquente carrega consigo, sendo estes: iniciar e conservar laços de amizade, criar laços de dependência, chamar a si províncias, possuir fama e glória, oferecer proteção aos amigos, auxílio aos eleitos, salvação aos necessitados, medo e terror aos invejosos/inimigos, refúgio/tutela aos outros, ter uma casa cheia e frequentada, ser respeitado nos tribunais e possuir uma alegria em todos os momentos principalmente durante as improvisações.

Outro aspecto importante que a obra retrata são os políticos, como a menção do *cursus honorum* através da palavra *laticlavo*<sup>44</sup> no trecho sétimo. Nesta parte da obra percebemos como Apro utiliza este dia (recebimento da toga) como contraponto ao de se tornar orador, pois revela que apesar de ser uma grande honra possuir o direito de usar a toga viril o sentimento de maior felicidade de sua vida teria sido o dia que foi consagrado orador. Desta forma, entendemos a proporção da importância desta “profissão” na vida dos homens da antiguidade, e como continua o mesmo, já no oitavo ponto, nem as fortunas em milhões de sestércios poderiam valer o privilégio de ser orador, e os que alcançavam riqueza por intermédio dessa arte eram admiráveis principalmente os que provinham de origem humilde.

---

<sup>43</sup>Outro trecho que mostra esta predestinação é: “nascido para os prazeres honrosos” (Tac., Diálogo VI).

<sup>44</sup>Seria a autorização de se utilizar a toga viril, geralmente os detentores que concebiam esta “honra” para os romanos seria os filhos dos senadores e patrícios. Geralmente quem trajava esta toga seriam os futuros cônsules, pretores, generais e senadores (ALMEIDA & LACERDA, 1852, p. 106).

Tácito continua sua obra na parte nona e décima com Apro indagando Materno que este nascido para eloquência abandonou-a para viver na solidão e longe das ocupações da Cidade e ainda continua afirmando diversos fatores negativos que a poesia pode proporcionar-lhe como: não trazer tanta dignidade e fama, ser o prazer breve e a glória inane, possuir gastos demasiados para expor seus trabalhos e não possui retorno além da glória ser momentânea.

No décimo primeiro e décimo segundo Diálogo, Materno defende a poesia afirmando que seu reconhecimento adveio da leitura de tragédias e se não ajudou colegas nos foros não foi por descaso, mas argumenta que a melhor defesa que estes poderiam possuir seria as suas próprias inocências e não a eloquência. Ainda prossegue relatando que a respeito de sua solidão e afastamento prefere estar nos bosques admirando a natureza de lugares sagrados do que entre lágrimas nos fóruns e afirma que a eloquência sanguinária nasceu da corrupção dos valores, assim sendo, neste excerto podemos identificar o primeiro aspecto levantado para a possível transformação educacional: a deturpação dos *mores*.

Materno continua relatando que a oratória no período em que vivem, Império, os eloquentes viviam inquietudes, entre lutas e perigos no consulado. Desta forma, podemos perceber o que já foi relatado no subitem acima sobre o medo constante da exposição das ideias e posicionamentos políticos, o que em muitos casos poderia significar a morte destes oradores (Tac., Diálogo, XIII).

No décimo quarto excerto da fonte, Vipstano Messala inicia sua fala apontando que era um prazer a ele observar grandes debates, entretanto, na décima quinta parte, a obra gira para um novo debate que seria a existência de uma diferença entre os “antigos” (período republicano) e os “novos” (do Império). Apro indica que Messala teria ridicularizado o trabalho dos oradores de seu tempo e admirando somente os do passado e prossegue afirmando que irá defender seu tempo, o que o faz nos próximos diálogos tendo como argumento o vício de que o ser humano tem por costume admirar somente o antigo desdenhando do presente citando inúmeros exemplos dos poetas antigos e imperiais bem como dos oradores.

A próxima etapa do Diálogo é a fala de Messala indicando algumas das causas da transformação da educação em que pontua ser: o descaso dos jovens, a

negligência dos pais, a ignorância dos mestres e o esquecimento dos costumes antigos provocadores das alterações. Cada um desses argumentos foram debatidos nas etapas posteriores da fonte que descreveu cada causa apontando que antigamente eram as mães as responsáveis pela educação e no segundo momento estas eram entregues a “criadinhos gregas”, ou seja, estes eram impróprios aos serviços que eram delegados como educadores. Da mesma forma, a não importância de criar os filhos na moralidade romana estava sendo deixada de lado bem como os professores que não buscavam através de suas conversas tornarem seus discursos atraentes (Tac., Diálogo, XXVIII- XXIX).

A parte seguinte da obra busca mostrar definições do orador como aquele que pode falar sobre qualquer assunto/tema com elegância, de forma persuasiva e com dignidade para instigar os ouvintes. Da mesma maneira, este deve alimentar seu espírito com diferentes disciplinas e ser conhecedor da natureza humana (virtudes e vícios). Messala continua afirmando que a eloquência em seu período (Principado) estava amputada e sem honra e até mesmo sem liberdade, ou seja, afirma que este ofício estava sendo nesta conjuntura tido. Porém, Tácito através de Materno afirma que os contextos de *pax* influenciam nessa mudança da eloquência, pois enquanto havia momentos de tensões como guerras civis esses seriam os espaços propícios para acaloradas discussões gerando debates em que os oradores seriam *mister* em discorrê-los, já com o advento do Império e estabelecimento da relativa tranquilidade, a agressividade e preocupações tornavam-se menores e por isso existiu uma “queda” no número de discussões<sup>45</sup> (Diálogo XXXVII).

Desta forma, a obra também dedica-se a elencar que no período anterior existia um tempo maior para o orador se expressar, mas, já a partir do governo de Cn. Pompeio houve uma restrição que freava os eloquentes em seu tempo na exposição de seus argumentos. Até mesmo o público permanecia contido em suas manifestações, as quais no período anterior poderiam ser preponderantes para forjar

---

<sup>45</sup> “Quem ignora que é mais útil e melhor fruir da paz do que ser afligido pela guerra? No entanto, mais guerreiros bons produzem as guerras do que a paz. Quanto à eloquência, é semelhante a condição. Quanto mais vezes tenha entrado, por assim dizer, em combate, quanto mais golpes tenha desferido e recebido, quanto maior lhe for o adversário e, mais agressiva, para si mesma tiver levantado as próprias lutas, tanto mais altaneirae ilustre e famosa por esses prélios irá ela na glorificação dos homens, que, por sua natureza, querem que os outros com eles se preocupem.” (Tac., Diálogo XXXVII)

a opinião do juiz. Tácito, em sua obra, continua frisando que a falta de liberdade destes debilitou e degradou de certa forma essa arte, mas no último momento deixa evidente que apesar dessa coerção ainda era preferível esta nova conjuntura política como mostra o excerto abaixo:

Também a nossa Cidade, enquanto andou sem rumo, enquanto se arruinou com partidos, dissensões e discórdias, enquanto não houvesse paz alguma no foro, concórdia alguma no Senado, moderação alguma nos tribunais, respeito algum pelos superiores, barreira alguma nos magistrados, produziu sem dúvida uma eloquência mais forte, exatamente como um campo inculto tem mais vigorosas plantas. [...] ora, como ninguém pode conseguir, ao mesmo tempo, fama e grande tranqüilidade, goze cada do que há de bom em sua época e não critique as outras. (Tac. Diálogo, XL- XLI)

Assim sendo, podemos perceber que a oratória para Tácito, possuía maior força no momento político em que existia maior liberdade. Sobre esta conjuntura podemos perceber que a poesia ganhava espaço devido a repressão e que a transformação dos *mores* influenciou significativamente no sistema educacional, principalmente na forma de se educar e no descuido dos pais e mestres com o ensino.

## 5 A EDUCAÇÃO DO JOVEM ARISTOCRATA ROMANO

Este capítulo será objetivado pela busca de informações do sistema educacional romano na antiguidade com ênfase para a educação do jovem aristocrata do século I d.C. Assim sendo, podemos através da fonte Diálogo dos Oradores verificar como eram algumas das etapas percorridas pelos estudantes, bem como identificar como era o perfil dos educadores do Império através do olhar de Públio Cornélio Tácito em sua obra.

### 5.1 Constatções sobre a educação romana durante a República e Império

O sistema educacional romano, com raras exceções, era baseado no modelo grego que possuía em sua essência as “artes médias” (*mediocres artes*), que abrangiam a filosofia, gramática, poesia, matemática, música e as “artes maiores” (*maximae artes*) confirmando o ensino na eloquência, arte bélica e política. Contudo, o ensino era baseado em alguns critérios, alguns deles se referem principalmente ao *status* e ao sexo (CLARKE, 1968, p.199).

Os meninos ricos geralmente contavam com preceptores, professores particulares, que ensinava uma série de disciplinas. Aprendiam não apenas a ler e escrever, como estudavam o grego, muitas vezes antes do próprio latim. (FUNARI, 1993, p. 52).

A respeito de como era conduzido o ensino, Veyne (2009, p. 25-32) destaca que logo após o nascimento, a criança era confiada a uma nutriz, que além de amamentar, educava o indivíduo, juntamente com um pedagogo (nutridor)<sup>46</sup> até que este atingisse a puberdade, e após esta etapa, por volta dos doze anos, ocorria a separação entre meninos e meninas, e, os meninos continuavam neste novo estágio com um “gramático”, ou professor de “literatura”, a fim do estudo de clássicos e

---

<sup>46</sup> “Pedagogo, nutriz e irmão de leite são uma vice família [...] Ao fazer um sermão sobre o amor da família, um filósofo estóico explicou que esse amor corresponde à Natureza, que é também a Razão, e que, por conseguinte, as crianças amavam a mãe, a nutriz e o pedagogo.” (VEYNE, 2009, p. 26)

mitologia. Porém, somente algumas meninas continuavam seus estudos com preceptores, que lhes ensinavam os clássicos, mas, estas, eram exceções<sup>47</sup>.

A respeito da autoridade sobre a educação dos filhos, esta ficava a cargo do pai através da *pátria potesta*, sendo sujeitados a este poder ao longo de suas vidas. Contudo no que tangencia a educação familiar, esta termina teoricamente quando o adolescente adquirir sua toga viril, por volta dos dezesseis anos e durante um ano é ensinado nos fóruns (*tirocinium fori*) por um parente ou amigo de idade avançada. O intuito de toda boa educação é para que se favorecesse o Estado e após este período nos fóruns, o jovem era encaminhado à vida militar para que prossiguisse em seu *cursus honorum* e ocupe cargos políticos, que naquele período eram os de maior prestígio. Mas, afinal, qual a função da educação em Roma? Veyne nos responde no excerto abaixo:

Para adornar o espírito, para se instruírem nas belas-letas. Constitui estranho erro acreditar que a instituição escolar se explica, através dos séculos, pela função de formar o homem ou, ao contrário, adaptá-lo à sociedade; em Roma não se ensinava matérias formadoras nem utilitárias, e sim prestigiosas e, acima de tudo, a retórica. É excepcional na história que a educação prepare o menino para a vida e seja uma imagem da sociedade em miniatura ou em germe; no mais das vezes, a história da educação é a história das ideias sobre a infância e não se explica pela função social da educação. Em Roma decorava-se com retórica a alma dos meninos, assim como no século XIX vestia-se essas criaturinhas de marinheiros ou militares; a infância é um período que se disfarça para embelezar e fazê-la encarnar uma visão ideal da humanidade. (VEYNE, 2009, p.31)

Como podemos observar através das fontes<sup>48</sup>, nos tempos remotos, os romanos aprendiam com os mais velhos, ouvindo-os e vendo-os para que transmitissem as futuras gerações. Desta forma, a educação, era baseada na tradição (*mos maiorum*), no respeito aos mais velhos e para com os deuses (*pietas*).

Sobre a história da educação nos primeiros tempos de Roma, as primeiras letras apenas surgiram em Roma por volta do século IV a.C. como aponta Matos (2006, p. 91) e até o século III a.C., Roma apresentava apenas o ensino primário

---

<sup>47</sup> Estas, geralmente aos doze anos já estavam aptas ao casamento.

<sup>48</sup> “Nos velhos tempos, os romanos costumavam aprender com os mais velhos não só ouvindo, mas também vendo o que eles próprios deveriam eventualmente fazer e, por sua vez, transmiti-lo à geração mais jovem.” Plínio o Jovem (apud Clarke 1968:200).

(*ludus litterarum*) no qual, segundo Fav ersani (1999, p. 38) “o aluno iniciava sua aprendizagem formal com sete ou oito anos, sendo que esta poderia ser ministrada por um escravo preceptor a serviço da família, o *paedagogus*<sup>49</sup>.” E, somente durante o século III a.C., o ensino secundário passa a existir, o *grammaticus* encabeçaria esta nova etapa, incumbido a sofisticar nos estudantes as artes de leitura e escrita.

Durante o século II a.C., o contato com a civilização grega, mediante a expansão do Império, atingiu um novo patamar que pôde ser refletido também no que tange a educação. A língua, os livros e objetos de instrução dos gregos foram incorporados aos métodos romanos de ensino, os quais, ao longo do tempo “desenvolveram uma versão latina de pelo menos duas das disciplinas gregas, gramática e retórica” (CLARKE, 1968, p. 201).

Com o advento do século I a.C., a formação do jovem romano estava sob responsabilidade do orador, conhecido como *rhetor* que segundo Fav ersani (1999, p. 38) “cultivava a eloquência política e judiciária afim de praticar as declamações. Eram duas as suas modalidades, a *suasória* exercício declamatório político e a *coutroersia* destinada à prata causídica, ou seja, era proposto que se exercitasse a argumentação para determinados assuntos (FAVERSANI, 1999, p. 38).

As aulas seguiam etapas, sendo o ensino primário a aprendizagem das letras em ordem alfabética através da cópia a fim de que pudessem compreender as sílabas e palavras. Quando se progredia ao ensino bilíngue, principalmente com os *literati*, os conteúdos eram regidos por um formalismo ao emprego das obras literárias de Homero e Lívio Andrônico, primeiro se fazia um *emendatio* (crítica verbal dos manuscritos), *enaratio* (discussão geral da obra) e *explanatio* (aprendia os sentidos das palavras). Seguida por essas atividades, o discurso era empregado a fim de que os alunos treinassem formas diferentes de argumentações com assuntos irrealis (para que não se desviassem para temáticas atuais e “gastassem” seu tempo), o que interessava aos professores era transmitir a arte da retórica (FAVERSANI, 1999, p. 39).

---

<sup>49</sup> “ou professor de uma escola, o *ludi magister*. As matérias eram a leitura, a escrita e o cálculo [...] Os professores mal remunerados, escravos ou libertos, recebendo a insignificância de oito asses per capta, tinham pouca autoridade social. [...] A palmatória e as corredeiras eram, um ‘instrumento de ensino’.” (FAVERSANI, 1999, p. 38).

A educação em Roma e sua aplicação pode ser verificada em inúmeras fontes as quais revelam até mesmo uma certa paixão por parte dos romanos a este engenho, que pode ser constatada na descrição de Plínio o Jovem retratando seu avô Plínio o Velho:

Meu tio começa a estudar à luz de velas, já antes do sol raiar, no verão; no inverno, entre meia-noite e duas da manhã. Ele se acostumara a intercalar suas horas de estudo com sonecas. Após um leve café da manhã, tomava um banho de sol no verão, se havia tempo, e ouvia a leitura, em voz alta, de um livro, enquanto fazia anotações. Sempre copiava passagens, dizendo que nenhum livro era tão ruim que não tivesse algo que prestasse, em alguma parte. Depois tomava um banho frio, almoçava algo leve, fazia uma pequena sesta e, logo após, como se fosse outro dia, recomeçava a trabalhar até a hora de jantar. Durante o jantar, ouvia leituras e ditava notas rápidas. Lembro-me de uma vez em que o leitor pronunciou algo errado e um convidado ao jantar pediu que o escravo voltasse e repetisse, agora corretamente. ‘Você o entendeu, não?’, disse meu tio. O amigo concordou com a cabeça. ‘Então, por que pediu que repetisse? Sua interrupção nos custou dez linhas!’ Tal era sua economia de tempo! Tinha o costume imutável de, no verão, acabar o jantar antes do pôr-do-sol e, no inverno, no máximo uma hora antes do anoitecer. Tudo isso apesar de seus deveres oficiais e do barulho do tráfego na cidade.

No campo, não estava estudando apenas durante o banho; mesmo enquanto se despia ou quando estava se secando, ouvia uma leitura ou, ditava algo. Nas viagens, sem outras preocupações, concentrava-se nos estudos, tendo sempre ao seu lado um secretário com um livro e um caderno de anotações. No inverno, usava luvas, para que nem mesmo o frio intenso lhe roubasse o tempo. Em Roma usava uma leiteira. Lembro-me que me criticava por caminhar a pé: ‘Não desperdice essas horas’. Pensava que todo tempo não gasto com estudo era desperdício. Com tal ritmo, produziu 102 volumes e deixou, ainda, 160 cadernos de anotações, escritos dos dois lados, em letra miúda. (PLÍNIO O VELHO, Cartas, Livro III, carta 5, versículo 8-17, apud FUNARI, 1993, p.53)

Como aponta Funari (1993, p. 54), deve haver um exagero na descrição de Plínio, o Jovem, a respeito de seu avô, contudo, pode-se inferir que o romano das classes altas “deveria ter conhecimentos bastante variados, da agricultura à astronomia, da religião à geografia, da matemática à arquitetura” e para os mais humildes, esta dedicação aos estudos era quase impossível já que a maior parte de seu tempo era gasto em seus trabalhos.

Durante o Império, principalmente com as conquistas territoriais, Roma englobava em suas relações grandes centros intelectuais nos quais os estudantes procuravam para dar prosseguimento em seus estudos, os lugares mais frequentados eram a Grécia, Ásia Menor e o Egito que concentravam os grandes mestres da época (FAVERSANI, 1993, p.38).



Podemos observar, que no contexto imperial, existia uma força coerciva do *princeps* na educação. Seus reflexos foram um dos fatores que provocaram a transformação da educação, principalmente nas bases metodológicas. Sendo que, no período republicano os exercícios práticos, a partir de casos reais, e a observação nos foros seriam habituais. Já durante o Império, estas práticas não mais estavam sendo realizadas, e como argumentação, elencava-se a justificativa dos debates políticos terem diminuído em quantidade graças a “*pax*” estabelecida.

[...] Também a nossa Cidade, enquanto se arruinou com partidos, dissensões e discórdias, enquanto não houve paz alguma no foro, concórdia alguma no Senado, moderação alguma nos tribunais, respeito algum nos tribunais, respeito algum pelos superiores, barreira alguma aos magistrados, produziu sem dúvida uma eloquência mais forte, exactamente como um campo inculto têm mais vigorosas plantas. (Tac., Diálogo, XL).

Portanto, podemos perceber como a justificativa da obra para o número de debates ser mais acentuado em um período em relação ao outro seria a presença ou não de harmonia, ou seja, de “*pax*”. Tácito ainda concorda que seria melhor possuir tranquilidade do que debates acentuados como observamos no excerto abaixo:

Quem ignora que é mais útil e melhor fruir da paz do que ser afligido pela guerra? No entanto, mais guerreiros bons produzem as guerras na paz. Quanto a eloquência, é semelhante a condição. Quanto mais vezes tenha entrado, por assim dizer, em combate, quanto mais golpes tenha desferido e recebido, quanto maior lhes for o adversário e, mais agressiva, para si mesma tiver levantado as próprias lutas, tanto mais altaneira e ilustre e famosa por esses prélios irpa ela na glorificação dos homens, que por sua natureza, querem que os outros com eles se preocupem.(Tac., Diálogo XXXVII).

Na obra, Tácito também retrata que a profissão dos oradores já não mais se sustentava sendo conhecidos como defensores ou advogados (Tac., Diálogo I). A partir dessa perspectiva, analisamos que o número de oradores “declinou”, sendo um dos motivos o medo do poder de vida e morte que o imperador possuía (Veyne 2009). Assim sendo, o *princeps*, caso desejasse, poderia condenar até mesmo um senador a morte sem um processo de julgamento. Desta maneira, apontamos esse poder como uma das causas para essa transformação.

## 5.2 Como a educação era encarada na sociedade aristocrata romana e seus fins na obra *Diálogo dos Oradores*.

A educação para os romanos durante muito tempo foi um assunto privado no sentido da intervenção estatal, pois esta problemática era atribuída às famílias, assim sendo, podemos inferir que somente pessoas que possuíam poder aquisitivo elevado tinham condições de frequentar as escolas, possuir professores particulares, viajar para pólos educacionais, etc. Em contrapartida também, verificamos que enquanto estes alunos eram representantes de camadas sociais de destaque, os professores ganhavam pouco mais que *oito asses per capita* e possuíam pouca autoridade social<sup>50</sup> no Principado, o que não lhes garantia o respeito perante seus alunos dificultando ainda mais a educação. Durante o Império, a maioria dos mestres eram constituídos por escravos gregos (FAVERSANI, 1999, p. 39).

Para falarmos do *Diálogo* precisamos recorrer aos primeiros escritos que abordavam essa temática. O primeiro romano a publicar seus discursos foi Catão, o Velho, que transformou a oratória em literatura latina com estilo severo e conservador. Contudo, para Cícero (apud Clarke, 1968), somente a partir de Sêrvio Galba existiu um método na oratória, neste foi adotado digressões, exageros e o lugar comum, enquanto que M. Emílio Lépido Porcina em sua estrutura mostrou-se suave com consonância ao modelo grego. Entretanto, para Cícero, estes antepassados, não teriam estudado plenamente: a literatura, pois esta, para ele, a nascente da eloquência; a filosofia, mãe de todas as boas ações e palavras; o direito civil, que se constituiria como matéria para os casos particulares e fundamental para o julgamento do orador e também não possuíam a reverberação de aprofundar um discurso (CLARKE 1968, p. 202-203).

Cícero, no entanto, se mostrou um grande inovador de sua época, para ele, o orador deveria ter uma cultura ampla, se aprofundar na literatura, filosofia, nas leis e nas histórias romanas, a fim de conseguir manobrar sentimentos das platéias. Também contribuiu para a publicação de diversos discursos, muitos dos quais

---

<sup>50</sup> Exemplo que Faversoni aborda a respeito desta autoridade dos professores baseado na comédia de Plauto: "Nas *Báquidas*, Pistoclero decide ir a um bordel. Lido, seu preceptor, tenta evitar essa conduta. O jovem, então pergunta: 'Pois, enfim, sou teu escravo ou és meu?' Nem é preciso dizer que, dito isso, seguem aluno e professor para o prostíbulo." (1999, p. 39)

chegaram à atualidade. Estes discursos, no mundo antigo, eram estudados como modelos de oratória, enquanto hoje, são tidos como material histórico (para os pesquisadores). Passando deste período para o de Augusto, mais conhecido como a fase da educação de um orador para um poeta, apontamos Horácio que possuía uma origem humilde e foi mandado a Roma para estudar, prosseguindo para Atenas. A partir dessa trajetória, este obteve sucesso em sua carreira, Ovídio, de uma geração seguinte, preferia a poesia à prática forense, declamando nas escolas de retórica conduzindo sua arte através dos poemas.

No Império a educação se expandiu quantitativamente dentro da Cidade como nas províncias, sendo que existiam diversas escolas<sup>51</sup> com finalidades de estudos diversas, contudo, as mais importantes eram sem dúvida as de retórica e gramática. Estas escolas eram as mais frequentadas pelos grandes aristocratas romanos cujos destinos estavam traçados para percorrerem o *cursus honorum* assim como Tácito.

A respeito de sua obra, o historiador traçou de maneira objetiva alguns dos passos percorridos pelo estudante ao longo de sua vida, eles se encontram nos excertos XXVIII, XXIX, XXXIV e XXXV. No primeiro desses, ele permeia como seria a partir do nascimento, ou seja: este era educado no “seio de sua mãe” que tinha como glória “governar a casa e servir seus filhos”. Quando a criança apresentasse os primeiros desenvolvimentos, “escolhia-se um parente idoso, cuja moral experimentada e conhecida, se confiava sua prole de uma mesma casa”, sendo essa educação considerada rígida.

Estes eram os costumes durante a República, já na mudança temporal retratada no Diálogo XXIX, as crianças já não recebiam preocupações demasiadas. Os ensinamentos eram menos rígidos, e desde o nascimento, esses eram conduzidos a uma ama comprada, essa se estabelecia em um “quartinho” da casa e como Tácito mesmo cita: “agora, porém, a criança, quando nasce, é entregue a

---

<sup>51</sup> “As escolas romanas (deixando de lado os filósofos) não professava um fazer nada mais do que inculcar um determinado ramo de conhecimento. Elas não pretendiam formar caráter, ensinar religião, patriotismo ou moralidade, e alguns professores antigos eram notoriamente mal preparados para tais ensinamentos, como Rêmio Palemon, por exemplo, de quem se dizia (sob pretextos morais) ser o menos capacitado para se encarregar dos jovens. Contudo, aceitava-se uma certa opinião de que o mestre-escola devia ser algo mais do que um mero instrutor; que ele devia substituir um pai e, talvez, até mesmo proporcionar a orientação moral que certos lares romanos deixavam de dar.” (CLARKE, 1968, p. 2008).

qualquer criadinha grega” e prossegue “à qual juntam um ou dois escravos, quaisquer deles, na maior parte das vezes ordinaríssimos e impróprios para serviços”. Atentamos ressaltar que, quando estes crescem nem os próprios pais educam mais seus filhos, tornando estes cada vez mais “imprudentes e desprezíveis” cheios de vícios. Desta forma, podemos observar uma mudança brusca entre os dois contextos históricos.

Outro problema destacado, ainda no Diálogo XXIX são os professores que nem ao menos são escutados, como retrata Tácito. Estes não conseguem a atenção dos alunos a não ser através de elogios e não pela severidade. Os estudantes não apresentam disciplina nem buscam aumentar seus talentos. No trecho XXXIV, Tácito demonstra, que durante a República, os filhos eram levados para se prepararem no foro, a fim de aprenderem a eloquência, sendo que acostumavam-se a ouvir discursos em tribunais e assembléias.

No trecho subsequente, Tácito mostra o contraste do período posterior, em que os jovens eram conduzidos as escolas de retores (não mais frequentavam os fóruns). Na opinião do autor, essa escolha fazia mal para o talento destes, pois não havia respeito e os exercícios eram “contraproducentes”, ou seja, não eram o que realmente necessitavam para sua formação enquanto futuros oradores, sendo que, essas atividades eram leves e não exigia deles responsabilidades. Além disso, estas tarefas de debates eram de assuntos fora da realidade que poderiam um dia enfrentar, o que não contribuía para formação destes.

Desta forma, podemos perceber que a educação sofreu transformações desde o método utilizado à postura dos alunos, que se modificou, assim como, a não condução dos pais aos filhos a uma certa moralidade que antes estes possuíam segundo a fonte. Estas mudanças também podem ser correlacionadas com o momento político em que estavam imersos, o Principado. Os estudantes durante a República buscavam os debates “acalourados” seguindo seus mestres, já nesta nova conjuntura, de uma relativa “*pax romana*”, o medo da morte, pela condenação do imperador, e a falta de liberdade de expressão puderam ser refletidos em motivos ocasionadores ou contribuintes para este novo panorama educacional.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito dos resultados alcançados neste Trabalho de Conclusão de Curso, percebemos ao longo da pesquisa, que Tácito não quis debater a respeito da “decadência” da oratória (como Justo Fábio o interrogou- Diálogo I), mas fazer uma crítica dos motivos que levara a tal situação (transformação educacional). Para isso, referenda seus argumentos principalmente na perda que os romanos tiveram em seus ideais, ou seja, no abandono ao *mos maiorum*<sup>52</sup>, na corrupção dos costumes, no descaso da juventude, da negligência e ignorância dos pais. As escolas também teriam parte dessa culpa, pois não mais trabalhavam mediante a observação dos grandes oradores, mas somente com uma prática que não abarcaria questões reais e do cotidiano destes, muito menos a respeito da vida política da Cidade.

As obras de Tácito estão repletas de argumentos retóricos, que servem para convencimento de seu receptor. Desta maneira, este pôde conjugar elementos da oratória para expor seus pensamentos políticos através da *historia*. Como os eloquentes valiam-se mais do poder de persuasão e não da veracidade dos fatos, Tácito pode ser classificado como um historiador político orador. Assim sendo, ele alcança o patamar de um dos grandes historiadores da antiguidade, sendo seus escritos considerados como uma das fontes mais preciosas para o conhecimento e “elucidação” de diferentes contextos durante o Império.

No âmbito educacional, o jovem aristocrata romano republicano buscava conhecimento em amplas áreas, como Cícero, da matemática as artes. Este jovem almejava em seus estudos um arcabouço para ingressar no *cursus honorum*. Assim sendo, deveria possuir uma formação educacional e militar. No que tange a educação, estes deveriam se tornar bons argumentadores, ou seja, oradores respeitáveis, para que pudessem agir para o bem da *res publica*, influenciando ativamente na vida política romana. Durante o Império, no entanto, existiu uma transformação educacional, em que o aristocrata ainda continuava ansiando uma carreira pública, porém, já não mais com o mesmo intuito de interferência política, já que este poder estava a cargo do *princeps*, assim sendo, a ordenança política do

---

<sup>52</sup> Para Marques seria: “um conjunto de procedimentos para a vida que remete ao exemplo dos antepassados” (2013, p. 123).

senado estava ligada mais ao simbólico do que a *auctoritas*, sendo que o imperador era o real gestor do Império.

Uma das questões que Tácito expõe em sua obra não é de oposição ao regime imperial. Sua opinião reside no não retrocesso as agitações políticas da República. Tácito acredita que apesar da perda de autonomia dos oradores (falta de liberdade) na vida pública, existia uma questão maior que estaria em jogo, a estabilidade do Império e sua hegemonia e desse equilíbrio os romanos abandonavam.

Desta forma, o presente trabalho visou destacar que Tácito pode contribuir de forma relevante para o entendimento da vida social e política da época republicana e imperial. Entretanto, essas visões do historiador devem seguir filtros conscientes, pois em cada discurso existem intenções, principalmente ao momento político no qual estava imerso. Sendo aristocrata, Tácito conseguiu desfrutar do privilégio de se tornar historiador e orador, percorrendo um *cursus honorum* que lhe garantiu muitos privilégios tornando-se próximo aos imperadores.

Tácito ao longo dos séculos foi classificado como literato, poeta e historiador, mas, em nenhuma dessas definições, deixou de ser lido e/ou tido como modelo. A historiografia, principalmente com o movimento dos Annales, trouxe consigo um novo vigor aos diversos tipos de documentos, inclusive com as obras literárias, que pôde contribuir de maneira importante para as novas abordagens da sociedade romana.

Durante o Império, por diversas razões, a oratória pode ser confundida ou esteve entrelaçada com a atividade poética. Esta profissão representava ao eloquente um risco inerente, pois o governante (seja ele tirano ou não) poderia vir a punir o orador com a pena de morte caso desejasse, sem que houvesse necessidade alguma de julgamento. Esta postura do imperador poderia ser ocasionada até mesmo por uma mera crítica implícita, proferida por qualquer classe, até mesmo a dos senadores.

Em suma, este trabalho partiu da observação de uma fonte literária que a partir do auxílio metodológico da análise de conteúdo tentou compreender um pouco do comportamento da aristocracia da época taciteana. Buscamos aceder a esse

comportamento através da análise dos conflitos políticos no Principado e República, como também pelo entendimento e comparação entre esses dois períodos. Desta forma, destacamos que o medo que os romanos possuíam das guerras civis possibilitava a reafirmação da *auctoritas* do imperador, pois este poderia governar sem restrições desde que continuasse a postergar a *pax romana*.

## REFERÊNCIAS

### A) Fontes Literárias

CÍCERO. Da República. Tradução de Amador Cisneiros. Rio de Janeiro: Edições Ouro, {19--}

TÁCITO. Diálogo dos Oradores. Tradução de Agostinho Santos. Lisboa: Livros Horizonte, 1974

TÁCITO. Diálogo sobre los oradores. Tradução de Nicolás Gelorminni. Buenos Aires: Losada, 2009.

SUETÔNIO. A vida dos doze Césares. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

### B) Obras de Referência

REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra M. G. Braga. Dicionário de Latim Essencial. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2009

### C) Obras Gerais

ALFÖLDY, Gèza “A História Social de Roma”. Lisboa: Presença, 1975.

\_\_\_\_\_. La Historia Antigua y la investigación del fenómeno histórico. Madrid: Editora de La Universidad Complutense, 1984, p.39-61.

ALSTON. Richad. “Aspectos of Roman History AD 14-117”. London: Routledge, 1998.

ALMEIDA. D. José M. Observação Preliminar. LISBOA: Tipografia de Silva, 1852.



BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAILEY, Cyril. "O Legado de Roma". Rio de Janeiro: Imago, 1992.

BRANDÃO, Roberto Oliveira. *As figuras de Linguagem*. São Paulo: Ática, 1989.

BELCHIOR, Ygor Klain. *Tácito e o Principado de Nero*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto para obtenção de título de Mestre em História, Ouro Preto, 2012.

BELTRÃO, C. . *O uir bonus e a prudentia ciuilis em Marco Túlio Cícero*. In: BELTRÃO, C.; ARAÚJO, S.R.R.; JOLY, F.D.. (Org.). *Intelectuais, poder e política na Roma Antiga*. 1ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2010, v. 1, p. 13-45.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAMPOS, Rafael da Costa. "Aspectos Positivos da Administração Imperial de Tibério César Augusto nos Anais de Tácito." Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás para obtenção de título de Mestre em História, Goiânia, 2008.

CAMPOS, Rafael da Costa. *Diálogo dos oradores: um debate sobre as transformações da oratória enquanto instrumento político em Tácito*. Revista *Chrônidas*, v. 1, p. 56-67, 2009.

CAMPOS, Rafael da Costa. *Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado (14-37 d.C.)* Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social. São Paulo, 2013

CARDOSO, Ciro Flamarion. "A Cidade-Estado Antiga". São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. "Sociedades do Antigo Oriente Próximo". São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. Apresentação. Tempo, Rio de Janeiro, ano9, nº 18, p.1-5.

CLARKE. M. L. A Educação e Oratória. In.: BALSDON. J.P.V.D. (org.) O Mundo Romano. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.199-212.

COULANGES, Fustel. "A Cidade Antiga". São Paulo: Martin Claret, 2008.

FAVERSANI, Fábio. "A Educação Romana no século I d.C." In: Caderno de Filosofia e Ciências Humanas. Ouro Preto, Ano VII, nº13. Outubro, 1999

FINLEY, M.I. "História Antiga. Testemunhos e Modelos". São Paulo: Martins Fontes, 1994.

\_\_\_\_\_. "A Economia Antiga". Porto: Aprofundamento, 1980

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. "O mundo antigo: economia e sociedade." São Paulo: Brasiliense, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo. Roma Vida Pública e Privada. São Paulo: Atual, 1993

\_\_\_\_\_. Grécia e Roma". Campinas: Contexto, 2009

GUARINELLO, Norberto Luiz. "Imperialismo Greco-Romano". São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. ; JOLY, Fábio Duarte. Ética e Ambiguidade no Principado de Nero. In: "As raízes clássicas da historiografia moderna". Campinas: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. "Uma Morfologia da História: As formas da História Antiga". Politeia: História e Sociedade. São Paulo, v.3, nº1, p.41-61, 2003.

\_\_\_\_\_. "Ordem, Integração e Fronteira no Império Romano. Um Ensaio" Marenostum, São Paulo ano1, vol 1, 2010, p-113-127

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: MARQUES, Juliana Bastos. Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

GRANT, Michael. "História de Roma". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

JOLY, Fábio Duarte. Ética, retórica e poética no diálogo dos oradores e a concepção de história em Tácito. In: Anos 90, revista do programa de pós-graduação em história/UFRGS, IFCH. Porto Alegre: PPGH, 2009, p.19-44.

\_\_\_\_\_. Hierarquia, Status e poder nos Anais de Tácito: Uma leitura dos livros neronianos. In: BELTRÃO, C.; ARAÚJO, S.R.R.; JOLY, F.D.. (Org.). Intelectuais, poder e política na Roma Antiga.. 1ed.Rio de Janeiro: NAU Editora, v. 1, p.99-129, 2010.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 2003.

MALERBA, Jurandir. Estruturas: estruturalismo e história estrutural. In: MALERBA, Jurandir. Ensaios: teoria, história e ciências sociais. Londrina: Eduel, 2011.

MATOS, Júlia. A Educação em Roma. In.: FLORES, Moacyr (org.) Mundo Greco-Romano: O Sagrado e o Profano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p.89-102.

MARQUES, Juliana Bastos. Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito.Rio de Janeiro:Apicuri, 2013.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. Introdução à estilística: A Expressividade na Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

MENDES, Norma Musco. Roma Republicana. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a Romanização de Balsa. In: Laboratório de História Antiga. Phoênix/UFRJ. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

\_\_\_\_\_. O Sistema Político do Principado In: SILVA, Gilvan Ventura (org.) In.: Repensando o Império Romano. Vitória: Edufes, 2006.

\_\_\_\_\_. A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas. Tempo, Rio de Janeiro,ano9, nº 18, p.17-41. 2005

\_\_\_\_\_. Política e Identidade em Roma Republicana. In: FUNARI, Pedro Paulo; SILVA, Maria A. de Oliveira. (Org.). Política e Identidade no Mundo Antigo. São Paulo: Annablume, p. 87-106, 2009.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Tácito e a Tradição Taciteana. In: FLORENZANO, Maria B. Borba (Trad.). As Raízes clássicas da historiografia moderna. Florianópolis: EDUSC, 2010.

MOMMSEN, Theodor. História de Roma. Rio de Janeiro: Delta, 1962.

GELORMINI, Nicolás. Introducción, Traducción y notas. In: TÁCITO. Diálogo sobre los oradores. Buenos Aires: Losada, 2009

NICOLET, C. O cidadão e o político. In.: GIARDINA, A . (Org.). O Homem Romano. Lisboa: Presença, pp.21-28, 1991

NOBRE, Ricardo. Intrigas Palacianas nos Annales de Tácito. Processos e tentativas de obtenção e poder no Principado de Tibério. Tese apresentada a Universidade de Lisboa e Universidade Aberta. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos - Universidade de Lisboa, 2010.

PIMENTEL, Maria C. de Castro-M. de Sousa. Prefácio In.: NOBRE, Ricardo. Intrigas Palacianas nos Annales de Tácito. Processos e tentativas de obtenção e poder no Principado de Tibério. Tese apresentada a Universidade de Lisboa e Universidade Aberta. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos - Universidade de Lisboa, 2010

ROSTOVITZ, Michael. História de Roma. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SALLER, Richard P. "Personage under the early empire". Cambridge: Hackett Publishing Company, Inc., Indianapolis, 1982.

SANTOS, Agostinho. Prefácio. In: Tácito. Diálogo dos Oradores. Lisboa. Livros Horizonte, 1974, p. 9-14.

SILVEIRA, Breno. Prefácio. In: TÁCITO. Anais. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. V-XXIV

SYME, Ronald. The Roman Revolution. Oxford University Press, New York, 1939.

VEYNE, Paul (org.). História da Vida Privada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.17-211.

VEYNE, Paul (org.). O Império Greco-Romano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WOODMAN. A.J. "Tacitus: The Annals". Cambridge: Hackett Publishing Company, Inc., Indianapolis, 2004.

WOODMAN. A.J. Tacitus. Cambridge University Press, New York, 2009